



## **ACADEMIA MILITAR**

### **O Recurso a Arma de Fogo pelo Militar da GNR: Meios e Métodos de Treino de Tiro e Enquadramento Legal**

**Autor:** Aspirante de Ciências Militares na Especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana Miguel Tiago da Silva Gonçalves

**Orientador:** Major de Infantaria (Doutor) da Guarda Nacional Republicana Tiago Silva

**Coorientador:** Major de Infantaria da Guarda Nacional Republicana Rui Pereira

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança da Guarda  
Nacional Republicana**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2021**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **O Recurso a Arma de Fogo pelo Militar da GNR: Meios e Métodos de Treino de Tiro e Enquadramento Legal**

**Autor:** Aspirante de Ciências Militares na Especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana Miguel Tiago da Silva Gonçalves

**Orientador:** Major de Infantaria (Doutor) da Guarda Nacional Republicana Tiago Silva

**Coorientador:** Major de Infantaria da Guarda Nacional Republicana Rui Pereira

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança da Guarda  
Nacional Republicana**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, maio de 2021**

## EPÍGRAFE

*“Lex iniusta non est lex.”*

Santo Agostinho

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, ao meu irmão e à minha namorada, pois são hoje, e foram sempre, o meu porto seguro.

## **AGRADECIMENTOS**

Os cinco anos formativos da carreira de um oficial da GNR não são marcados pela facilidade ou pelo individualismo. O desafio constante da superação e disciplina, motivados pelo amor à Pátria e pela dedicação à causa da instituição exige sacrifício, que não é possível suportar sozinho. O aparente sucesso de um formando é trabalho de dezenas de homens e mulheres que, a nível pessoal ou profissional, constroem o mundo à volta do mesmo e o permitem singrar.

Quero iniciar por agradecer ao Senhor Major de Infantaria (Doutor) da GNR Tiago Silva por ter providenciado a sua orientação neste TIA, com o acréscimo das tarefas decorrentes do seu cargo, não hesitou em dar o seu “sim” ao meu pedido de orientação, bem como a vários camaradas, estando sempre disponível para debater ideias, provocar o pensamento crítico e ajustar a investigação da melhor forma possível, bem como de transmitir as suas valiosas experiências no terreno.

Ao Senhor Major de Infantaria da GNR Rui Pereira, por estar sempre disponível com uma proximidade rara de se encontrar, sempre no que tocou à qualidade da formação, ao enquadramento com a nossa futura carreira e com todo o trabalho que foi desenvolvido e cumprido na Academia Militar.

A todos os entrevistados, quer os Senhores Oficiais, quer o senhor Inspetor da IGAI, por terem passado o seu conhecimento, por terem concordado em oferecer este apoio à concretização do TIA, acumulando com as suas atividades profissionais quotidianas, fazendo o esforço extra por forma a dar as melhores respostas possíveis que permitiram a efetivação deste trabalho.

Uma palavra de especial apreço ao Senhor Major Rui Alfaro Pereira, Diretor do Tirocínio para Oficiais da GNR, pela constante e inabalável dedicação aos formandos do seu Tirocínio, pela disponibilidade inigualável, sabedoria, capacidade de gestão, sentimento de preocupação e um excecional e exemplar cumprimento dos deveres militares de tutela, zelo, responsabilidade, honestidade e correção que fizeram deste TPO, invulgar pelas circunstâncias, um prazer acrescido de frequentar, devido ao nosso Diretor.

À minha Família, o meu núcleo duro, as pessoas do meu sangue de quem sempre farei parte, que muito sacrificaram para eu chegar ao ponto onde me encontro, que nunca abalaram

a sua convicção e por sua vez, pelo apoio e amor constante e incondicional, forjaram a minha própria convicção de que nos bons e nos maus momentos, os terei para me ajudar.

À minha namorada, que pela vida de companheiros distantes durante este longo período formativo, nunca permitiu qualquer dificuldade se sobrepor ao amor, apoio e companheirismo que sempre me mostrou e me fez querer mostrar em retorno, pois não existe mulher igual no mundo.

Finalmente, a todos os meus camaradas do XXVI Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana, pois em cada momento difícil, feliz, triste, doloroso, exigente, divertido, de proximidade, atividade ou descanso, foram quem me acompanhou, que se formou e evoluiu ao meu lado, e me fez querer sempre evoluir, fazer mais, melhor e diferente, pela diferença demarcada que afirmaram na minha vida, como a diferença que sei que marcámos pelas instituições onde passámos, o que me enche de orgulho e sentimento de júbilo ter o privilégio de afirmar pertencer ao XXVI CFO GNR.

A todos vós, o meu profundo e sincero obrigado!

Miguel Gonçalves

## RESUMO

O recurso à arma de fogo por parte dos militares da GNR em ação policial é uma temática altamente sensível e merecedora de estudo aprofundado, por parte da própria Guarda, como da classe legisladora que elabora o ordenamento jurídico que engloba e rege a atividade das forças de segurança, particularmente em tópicos como o uso da força.

Como tal, o treino e formação estabelecem-se como pilares importantes na ação de dotar os militares da Guarda com as capacidades técnicas e teóricas necessárias a uma correta e decisiva intervenção policial, com recurso a arma de fogo, caso a situação o exija.

Assim sendo, a presente investigação versa sobre o “O Recurso a Arma de Fogo pelo Militar da GNR: Meios e Métodos de Treino de Tiro e Enquadramento Legal”, tendo como objetivo inferir a qualidade e adequabilidade do treino de tiro na Guarda, no que toca a obedecer aos trâmites legais do recurso à arma de fogo, bem como ao modelo do uso da força institucional em vigor. Analisaram-se os diplomas legais que regem o recurso à arma de fogo em ação policial, bem como os documentos internos à Guarda, na mesma temática. Posteriormente, estudou-se o treino de tiro na Guarda, inferindo acerca da sua validade no que toca a transmitir os conteúdos necessários a dotar os militares das capacidades necessárias a resolver encontros de uso de força potencialmente letal com eficácia e dentro da Lei. Finalmente, foram analisadas hipóteses de complemento do treino de tiro na Guarda, por meio de treino de simulação.

O presente trabalho seguiu uma estratégia de investigação qualitativa, adotando o método indutivo, procurando-se, através da análise documental e trabalho de campo por meio de inquéritos de entrevistas, recolher os dados necessários à conclusões e recomendações.

Concluiu-se que os atuais meios e métodos de treino de tiro na Guarda carecem de uma maior frequência, sendo o previsto nas Normas de Tiro assinalavelmente escasso, mesmo quando se conseguem cumprir. Carecem ainda de componentes realistas, como maior dinamismo, exigência física, tiro sob stress, ou desempenho de tarefas simultâneas, conforme as situações reais, podendo isto mesmo ser atingido por meio de treino de simulação.

**Palavras-chave:** Arma de fogo; Legalidade; Proporcionalidade; Uso da Força; Realidade; Simulação; Tiro; Treino.

## ABSTRACT

The resource of the firearm by the GNR military personnel in police action is a highly sensitive subject and deserving of deepened study, by the Guard itself, as by the legislature class, which writes the legal order that encompasses and governs the activity of the security forces, particularly in regard to topics such as the use of force.

As such, training and education set themselves as important pillars in the act of providing the Guard personnel with the technical and theoretical skills necessary to a correct and decisive police intervention, with resource to the firearm, if the situation so demands it.

This being the case, the present investigation verses on “The Resource to the Firearm by the Military Member of the GNR: Means and Methods of Shooting Practice and Legal Framework”, having as an objective to infer the quality and suitability of the Guard’s shooting practice, when it comes to obeying the legal procedures of resorting to the firearm, as well as the institutional use of force model in use. The legal documents that govern the resource to the firearm in police action were analysed, as well as internal documents of the Guard, on the same matter. Afterwards, the Guard’s shooting practice was studied, inferring about its validity when it comes to transmitting the necessary contents to provide the personnel with the skills to solve potentially deadly encounters with effectiveness and within the Law. Finally, possibilities were analysed of complementing the shooting practice in the Guard, by means of simulation training.

The present essay followed a qualitative strategy, adopting the inductive method, looking to, through documental analysis and field work by means of inquiries by interviews, collect data required for the conclusions and recommendations.

It was concluded that the current means and methods of shooting practice in the Guard lack of a greater frequency, with the stipulated in the Shooting Norms being noticeably scarce, even when they manage to be fulfilled. The lack, still, of realistic components, such as greater dynamics, physical demand and shooting under stress, or multitasking, as with real situations, this being possible to achieve through simulation training.

**Keywords:** Firearm; Legality; Proportionality; Reality; Shooting; Simulation; Training; Use of Force.



## ÍNDICE GERAL

|  |             |
|--|-------------|
| <b>EPÍGRAFE .....</b>  | <b>i</b>    |
| <b>DEDICATÓRIA .....</b>   | <b>ii</b>   |
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>  | <b>iii</b>  |
| <b>RESUMO.....</b>   | <b>v</b>    |
| <b>ABSTRACT .....</b>  | <b>vi</b>   |
| <b>ÍNDICE GERAL .....</b>  | <b>vii</b>  |
| <b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>   | <b>ix</b>   |
| <b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>   | <b>x</b>    |
| <b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>   | <b>xi</b>   |
| <b>LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS .....</b>   | <b>xii</b>  |
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....</b>  | <b>xiii</b> |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>1</b>    |
| <b>CAPÍTULO 1. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS .....</b>  | <b>4</b>    |
| 1.1 Definição das Questões de Investigação.....  | 4           |
| 1.2 Abordagem e Método adotado.....  | 5           |
| 1.3 Modelo de Análise .....  | 5           |
| 1.4 Estratégia da investigação e Desenho de pesquisa .....   | 6           |
| 1.5 Procedimento Metodológico.....   | 6           |
| 1.6 Recolha de Dados .....   | 7           |
| 1.7 Análise de dados e Amostragem.....   | 8           |
| <b>CAPÍTULO 2. A LEI NO RECURSO À ARMA DE FOGO EM AÇÃO POLICIAL</b>  | <b>10</b>   |
| 2.1 A Ação Policial e o Uso da Força.....  | 11          |
| 2.2 Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos<br>Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei ..... | 12          |
| 2.3 Código Deontológico do Serviço Policial .....  | 14          |
| 2.4 Decreto-Lei n.º 457/1999 – Utilização de Armas de Fogo e Explosivos pelas Forças<br>e Serviços de Segurança.....                 | 16          |
| <b>CAPÍTULO 3. A ARMA DE FOGO NO CONTEXTO DO USO DA FORÇA .....</b>  | <b>21</b>   |
| 3.1 Legislação Institucional .....   | 21          |
| 3.2 Circulares da GNR.....   | 24          |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 4. O TREINO DE TIRO NA GUARDA E O SEU FUTURO.....</b> | <b>31</b>  |
| 4.1 Formação e Treino de Tiro na Guarda.....                      | 31         |
| 4.2 Tipos de Tiro existentes na Guarda .....                      | 32         |
| 4.2.1 Armamento utilizado no Tiro da Guarda.....                  | 33         |
| 4.2.2 Tiro de Manutenção.....                                     | 34         |
| 4.2.3 Registo e Aproveitamento .....                              | 38         |
| 4.2.4 Tiro de Instrução.....                                      | 39         |
| 4.3 Treino de Tiro de Simulação .....                             | 39         |
| 4.3.1 Realidade Virtual e Realidade Mista .....                   | 39         |
| 4.3.2 Tipos de Simulação .....                                    | 40         |
| 4.3.3 Dispositivos de Simulação .....                             | 41         |
| 4.3.4 VirTra V-300 LE .....                                       | 42         |
| 4.3.5 Simunition .....  | 42         |
| 4.4 Stress Fisiológico e Psicológico no Disparo.....              | 43         |
| <b>CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....</b>    | <b>45</b>  |
| 5.1 Análise de Conteúdo a Entrevistas .....                       | 45         |
| 5.1.1 Grupo de Entrevistas A .....                                | 45         |
| 5.1.2 Grupo de Entrevistas B.....                                 | 46         |
| 5.2 Pontos de Concordância e Discordância.....                    | 48         |
| <b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>                           | <b>50</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                           | <b>56</b>  |
| <b>APÊNDICES .....</b>  | <b>I</b>   |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>XVI</b> |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|   |       |
|---|-------|
| Figura n.º 1 – Diagrama do MGUF .....   | XVII  |
| Figura n.º 2 – Pistola Glock 19 <i>Compact</i> Calibre 9x19mm .....             | XVIII |
| Figura n.º 3 – Alvo de Precisão (AP II).....                                    | XIX   |
| Figura n.º 4 – Silhueta Policial Direita (SPD).....                             | XX    |
| Figura n.º 5 – Silhueta Policial Esquerda (SPE).....                            | XX    |
| Figura n.º 6 – Espingarda Caçadeira FABARM SDASS <i>Compact</i> Calibre 12..... | XXI   |
| Figura n.º 7 – Espingarda Automática HK G3 Calibre 7,62mm .....                 | XXI   |
| Figura n.º 8 – Pistola-Metralhadora MP5 A4 Calibre 9mm .....                    | XXI   |
| Figura n.º 9 – Circuito Dinâmico de Tiro de Pistola .....                       | XXII  |
| Figura n.º 10 – Sistema VirTra V-300 LE.....                                    | XXIII |
| Figura n.º 11 - Plataforma VirTra V-300 LE.....                                 | XXIII |
| Figura n.º 12 – Kit de conversão Simunition para espingarda .....               | XXIV  |
| Figura n.º 13 – Pistola Glock com kit e munição Simunition FX .....             | XXIV  |
| Figura n.º 14 – Fases do Procedimento Científico .....                          | XXV   |
| Figura n.º 15 – A Problemática segundo uma Lógica Indutiva .....                | XXVI  |

## **ÍNDICE DE QUADROS**

|   |    |
|---|----|
| Quadro n.º 1 – Correspondência entre os Objetivos e as Questões de Investigação ..... | II |
| Quadro n.º 2 – Identificação dos Entrevistados .....                                  | XV |

## ÍNDICE DE TABELAS

|   |      |
|---|------|
| Tabela n.º 1 – Frequência temporal do tiro de manutenção .....            | 38   |
| Tabela n.º 2 - Respostas à questão n.º 1 da entrevista do grupo A .....   | X    |
| Tabela n.º 3 – Respostas à questão n.º 2 da entrevista do grupo A .....   | X    |
| Tabela n.º 4 – Respostas à questão n.º 3 da entrevista do grupo A .....   | XI   |
| Tabela n.º 5 – Respostas à questão n.º 4 da entrevista do grupo A .....   | XI   |
| Tabela n.º 6 – Respostas à questão n.º 5 da entrevista do grupo A .....   | XI   |
| Tabela n.º 7 – Respostas à questão n.º 6 da entrevista do grupo A .....   | XII  |
| Tabela n.º 8 – Respostas à questão n.º 7 da entrevista do grupo A .....   | XII  |
| Tabela n.º 9 – Respostas à questão n.º 8 da entrevista do grupo A .....   | XII  |
| Tabela n.º 10 – Respostas à questão n.º 9 da entrevista do grupo A .....  | XIII |
| Tabela n.º 11 – Respostas à questão n.º 10 da entrevista do grupo A ..... | XIII |

## **LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS**

|  |            |
|--|------------|
| <b>APÊNDICES.....</b>  | <b>I</b>   |
| APÊNDICE A – CORRESPONDÊNCIA ENTRE OS OBJETIVOS E AS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO..... | II         |
| APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....  | III        |
| APÊNDICE C – GUIÃO DA ENTREVISTA DO GRUPO A.....                                   | V          |
| APÊNDICE D – GUIÃO DA ENTREVISTA DO GRUPO B.....                                   | VIII       |
| APÊNDICE E – SINOPSES DAS ENTREVISTAS DO GRUPO A .....                             | X          |
| APÊNDICE F – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO.....                                      | XIV        |
| APÊNDICE G – IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....                                  | XV         |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>XVI</b> |
| ANEXO A – MODELO GLOBAL DO USO DA FORÇA.....                                       | XVII       |
| ANEXO B – PISTOLA GLOCK 19 COMPACT CALIBRE 9X19MM.....                             | XVIII      |
| ANEXO C – ALVO DE PRECISÃO II.....   | XIX        |
| ANEXO D – SILHUETAS POLICIAIS.....   | XX         |
| ANEXO E – RESTANTES ARMAS DE TREINO DE TIRO.....                                   | XXI        |
| ANEXO F – CIRCUITO DINÂMICO DE TIRO DE PISTOLA.....                                | XXII       |
| ANEXO G – SISTEMA VIRTRA V-300 LE.....   | XXIII      |
| ANEXO H – ARMA E MUNIÇÕES SIMUNITION.....  | XXIV       |
| ANEXO I – FASES DO PROCEDIMENTO CIENTÍFICO.....                                    | XXV        |
| ANEXO J – PROBLEMATIZAÇÃO NUMA LÓGICA INDUTIVA.....                                | XXVI       |

## **LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS**

### **A**

AC – Assembleia Constituinte  
ADV – Adversário  
AM – Academia Militar  
AP – Alvo de Precisão  
APA – American Psychological Association  
AR - Assembleia da República

### **C**

CARI – Comando de Administração e Recursos Internos  
CDF – Comando de Doutrina e Formação  
CDSP – Código Deontológico do Serviço Policial  
CEDH – Convenção Europeia dos Direitos do Homem  
Cfr. Conforme  
CITIR – Caderneta Individual de Tiro  
CP – Código Penal  
CRP – Constituição da República Portuguesa  
CTer – Comando Territorial

### **D**

DI – Destacamento de Intervenção  
DL – Decreto-Lei  
DOI – Digital Object Identifier  
DPP – Defesa Pessoal Policial  
DUDH – Declaração Universal dos Direitos do Homem

### **E**

E – Entrevistado  
EG – Escola da Guarda  
EME – Estado-Maior do Exército  
EMGNR – Estatuto do Militar da Guarda Nacional Republicana  
EUA – Estados Unidos da América

## **F**

FS – Forças de Segurança

## **G**

GNR – Guarda Nacional Republicana

## **I**

IGAI – Inspeção-Geral da Administração Interna

## **L**

LE – Law Enforcement

LOGNR – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana

LOIC – Lei da Organização da Investigação Criminal

LSI – Lei de Segurança Interna

## **M**

MAI – Ministério da Administração Interna

MGUF – Modelo Global do Uso da Força

MSO – Microsoft Office

## **N**

N.º - Número

NATir – Núcleo de Armamento e Tiro

NEOp – Nível de Emprego Operacional

NEP – Norma de Execução Permanente

NTGNR – Normas de Tiro da Guarda Nacional Republicana

## **O**

OC – Oleoresin Capsicum

OE – Objetivo Específico

OG – Objetivo Geral

ONU – Organização das Nações Unidas

OPC – Órgão de Polícia Criminal

## **P**

PBUFAFFRAL – Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei

PCM – Presidência do Conselho de Ministros

PJ – Polícia Judiciária

PSIE – Política de Simulação na Instrução do Exército

PSP – Polícia de Segurança Pública



## **Q**

QC – Questão Central

QD – Questão Derivada

## **R**

RAI – Relatório Anual de Tiro

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RCAAP - Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal

RCFTIA – Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

RGSGNR - Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana

RM – Realidade Mista

RTD – Regulamento de Tiro Desportivo

RTI – Regulamento de Tiro de Instrução

RTM – Regulamento de Tiro de Manutenção

RV – Realidade Virtual

## **S**

SGSSI – Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

SNA – Sistema Nervoso Autónomo

SNP – Sistema Nervoso Parassimpático

SNS – Sistema Nervoso Simpático

SPD – Silhueta Policial Direita

SPE – Silhueta Policial Esquerda

## **T**

TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

## **U**

UF – Uso da Força

UI – Unidade de Intervenção

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge como peça fundamental do programa de formação de oficiais do Quadro Permanente, na Academia Militar (AM), funcionando como o projeto constituinte do término do Mestrado Integrado em Ciências Militares, neste caso, na especialidade de Segurança, da Guarda Nacional Republicana (GNR).

A investigação aqui levada a cabo irá funcionar como uma abordagem e resposta a questões que possam surgir acerca do tema anunciado, sendo o mesmo parte integral do discurso que acompanha diariamente a atuação policial, bem como as limitações legais da mesma, ainda como o constante esforço por parte da GNR de procurar dotar os seus militares das melhores ferramentas de formação, quer inicial, quer contínua, da forma mais económica possível, tendo em conta todos os desafios que daí resultam. Desta forma, o presente TIA serve, não só como uma ferramenta de especialização e evolução do aluno por forma a trabalhar as suas capacidades de investigação e utilização do método científico, como também para aprofundar e inovar no conhecimento desta área da atividade policial, fulcral à instituição (Azevedo & Azevedo, 2003).

No que concerne à escolha do tema, a mesma baseou-se em algo que fosse passível de ser investigado obedecendo rigorosamente ao método científico, tendo em consciência que melhor será a investigação que trate um tema “que concorra para o interesse e motivação do investigador” (Rosado, 2015, p. 79). É uma realidade amplamente reconhecida o esforço efetuado nas instituições públicas, particularmente nas Forças de Segurança (FS), por forma a conseguir melhorar e evoluir os seus programas e métodos formativos, com uma gestão consciente e exigente de recursos, sejam materiais, financeiros ou humanos.

Procurou-se estudar o ordenamento jurídico universal que regula o recurso à arma de fogo por parte de agentes de autoridade, bem como documentos normativos internos à GNR. Posteriormente, foi feita uma análise ao atual programa de treino de tiro na GNR, por forma a aferir se os militares são dotados das ferramentas que lhes permitam, de forma eficaz e confiante, fazer uso da arma de fogo numa situação que assim o exija, sempre dentro da lei (Nogueira, 2003). Procurou-se ainda a questão da gestão de recursos, ao verificar uma possível introdução generalizada do treino de tiro de simulação na Guarda, pelas suas características em termos de versatilidade e eficiência de custos (Gomes, 2016).

Por forma a dar propósito à presente investigação, surgiu a necessidade de definir objetivos de investigação, um Objetivo Geral (OG), sendo um enunciado declarativo que necessita de orientação do estudo, conforme o nível de conhecimentos existentes na presente temática (Fortin, 2009). Foram também elaborados quatro Objetivos Específicos (OE). O OG definido foi: Compreender se os meios e métodos de treino de tiro na GNR são adequados à realidade atual da atuação policial tendo em conta a legislação em vigor e o modelo institucional do UF.

Os objetivos específicos (OE) que se irão apresentar como metas a atingir ao longo da investigação por forma a sustentar a satisfação e cumprimento do OG são os seguintes:

OE1: Especificar os limites legais da atuação do militar da GNR no que toca ao recurso à arma de fogo.

OE2: Enquadrar o uso da arma de fogo pelo militar da GNR no modelo institucional do uso da força.

OE3: Concluir se o treino de tiro por simulação tem lugar na GNR, como ferramenta de formação inicial e contínua.

OE4: Analisar e comparar os meios e métodos de treino de tiro presentes e utilizados pela GNR.

Após estabelecer esta base do OG e dos OE, fica então evidente a necessidade de elaborar uma Questão Central (QC), uma interrogação chave a partir da qual se vai conduzir o trabalho e que, assim, “orientará, tal e qual um farol, toda a investigação” (Rosado, 2015, p. 79). A QC elaborada para esta investigação é: Estão os meios e métodos de treino de tiro existentes na GNR adequados à realidade atual da atuação policial, obedecendo à legislação em vigor e o modelo institucional do uso força?

A estrutura do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), na sua parte textual, é composta por sete elementos principais, cinco capítulos e sendo adicionadas a estes as conclusões e as referências bibliográficas.

Num primeiro elemento e Capítulo 1, é estabelecida a metodologia adotada para a condução da investigação, bem como os seus métodos e materiais a usar, como o modelo de análise, a abordagem e ferramentas de recolha de dados, entre outras.

Seguidamente, no Capítulo 2, são abordadas as obras e conceitos relevantes para nos dar a base de conhecimento necessária para partir para a investigação mais avançada, bem como artigos e publicações científicas de destaque. Como tal, são analisados os diplomas legais que regulam a atuação policial no que concerne à arma de fogo, não só a nível nacional, como também emanados pelo plano internacional. A partir daí, no Capítulo 3, são exploradas

ainda as normas internas à GNR que efetuam a transposição da Lei para o âmbito doutrinário e técnico da Guarda. No Capítulo 4, é feita uma análise ao programa geral de treino de tiro na GNR, procurando explicitar os aspetos técnicos do estado atual do treino de tiro na Guarda, como a distância a que são efetuados os disparos, a frequência de sessões de tiro, o número de disparos efetuados, entre outros elementos característicos deste treino que podem ajudar a afastar ou aproximar o treino da realidade, o que é o desejado (Oudejans, 2008). É ainda abordada a temática do treino de tiro de simulação, procurando fazer-se uma análise ao que este tipo de treino oferece, em alternativa ou complemento do treino tradicional, bem como analisar alguns sistemas e plataformas que permitem executar este tipo de tiro (Pereira, 2014). No Capítulo 5, é abordado o trabalho de campo efetuado, sob a forma de exposição e análise dos resultados das entrevistas conduzidas.

Finalmente, são efetuadas as conclusões do RCFTIA acerca da adequabilidade do treino de tiro na GNR, consoante a lei e a doutrina interna, bem como acerca do seu futuro, sendo elencadas algumas recomendações de como melhorar ou atualizar o treino de tiro. É aqui que se vai dar resposta à QC, cumprindo-se o OG do TIA Posteriormente, é feita a enumeração das referências bibliográficas utilizadas no RCFTIA, que oferece base científica sustentável ao mesmo.

No que concerne à redação do RCFTIA, a mesma obedeceu ao disposto na Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1.<sup>a</sup> da Academia Militar (Academia Militar [AM], 2016). As referências bibliográficas regeram-se pelas normas da *American Psychological Association* (APA), da 6.<sup>a</sup> edição.

## **CAPÍTULO 1. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS**

O presente capítulo apresenta-se como o momento no qual vai ser definida a metodologia, bem como os materiais e métodos de recolha e tratamento de dados, ao longo desta investigação.

Este TIA, como peça pessoal de investigação, funciona como a melhor ferramenta que permite desenvolver e evoluir as capacidades indispensáveis à autonomização do estudo (Azevedo & Azevedo, 2003). Como tal, tem de obedecer a um padrão de ações e ferramentas de condução da investigação, uma metodologia, por forma a ser capaz de abordar a ciência com o panorama apropriado, baseando-se “na indução e na experimentação, não na metafísica e na especulação” (Freixo, 2010, p. 92).

### **1.1 Definição das Questões de Investigação**

Por forma a melhor traduzir e vislumbrar o problema da investigação, seguindo as etapas do procedimento científico,<sup>1</sup> o mesmo deve-se apresentar sob a forma de uma questão (Freixo, 2010), como já anteriormente realizado para a questão central desta investigação, que se apresenta como: “Estão os meios e métodos de treino de tiro existentes na GNR adequados à realidade atual da atuação policial, obedecendo à legislação em vigor e o modelo institucional do uso força?”.

A partir desta questão central, as seguintes questões derivadas foram assim redigidas:

QD1 - “Quais são as limitações legais ao uso de arma de fogo por parte do militar da GNR na atuação policial?”

QD2 - “Como se caracteriza o uso da arma de fogo no modelo do uso da força institucional da GNR?”

QD3 - “O que se entende por treino de simulação de tiro?”

QD4 - “Como se caracteriza o atual conjunto de meios e métodos de treino de tiro na GNR?”

Estas QD, em conjugação com a QC, vão funcionar, como afirmado na introdução, por forma a fazer cumprir os objetivos, que, como componente da estrutura do projeto, devem estabelecer uma relação causa/efeito com o que se pretende obter neste mesmo projeto (Freixo, 2010).

---

<sup>1</sup> Cfr. Anexo I.

## **1.2 Abordagem e Método adotado**

Na redação deste RCFTIA, a abordagem adotada, por consequência do tema, foi uma abordagem qualitativa. Esta abordagem vai dotar o estudo de uma análise ao valor e adequação das matérias em causa, avaliando a sua caracterização e como se definem, ao invés de procurar uma caracterização através de elementos estatísticos. Desta forma, a análise documental e os dados recolhidos pelo trabalho de campo permitem tecer conclusões acerca das temáticas em questão, através da caracterização que fazem das mesmas. Esta abordagem “não se situa no desenho dos procedimentos ou das técnicas, mas sim no do próprio objeto da análise e dos postulados a ele ligados” (Erickson, 1986 citado em Freixo, 2010, p. 145).

O método adotado, foi o método indutivo, que deve iniciar com observações, para que no final da investigação, seja capaz de se elaborar uma teoria (Freixo, 2010). É um método científico, cuja lógica obedece a uma problematização<sup>2</sup> que vai permitir, a partir de casos particulares e de observação de fenómenos, tecer conclusões, numa forma do particular para o geral (Freixo, 2010).

## **1.3 Modelo de Análise**

Conforme referem Quivy e Campenhoudt (2013, p. 150), o modelo de análise numa investigação é o “prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise”. Como tal, para a elaboração deste RCFTIA foi desenvolvido um modelo que procurou responder às questões de investigação<sup>3</sup> por meio de uma abordagem repartida entre as componentes do problema da investigação.

Executou-se uma conjugação do estudo do paradigma legal da utilização de arma de fogo por parte do militar da GNR, com o programa de treino de tiro presente na GNR, bem como com uma breve abordagem a métodos de treino de simulação, potencialmente vantajosos no futuro, desenhou-se a construção lógica de avaliação da adequabilidade universal destes meios e métodos empregues hoje em dia na Guarda, procurando ainda fazer recomendações para o futuro da investigação neste aspeto.

---

<sup>2</sup> Cfr. Anexo J.

<sup>3</sup> Cfr. Apêndice A.

## **1.4 Estratégia da investigação e Desenho de pesquisa**

Esta investigação foi abordada com o racional de explorar e avaliar a adequabilidade dos meios e métodos de treino de tiro atualmente em vigor na GNR. Contudo, pela dimensão da GNR, não é possível fazer uma análise a todas as valências desta instituição. Por conseguinte, escolheu-se estudar o 1º Nível de Emprego Operacional (NEOp)<sup>4</sup> devido às suas funções, pois são aqueles que efetuam o patrulhamento e têm de lidar com situações inopinadas e imprevisíveis, dispondo da sua preparação e formação base, assim, julgou-se ser mais adequado procurar investigar a qualidade do treino destes militares.

Desenhou-se um estudo de conceitos legais, as suas implicações em termos práticos, bem como os seus postulados. Para além da letra da lei, a análise de esquemas e programas formativos, bem como de meios de treino alternativos e complementares e fatores fisiológicos no momento do disparo numa situação de recurso a arma de fogo foram fulcrais para estabelecer uma ponte entre o tiro praticado na GNR hoje em dia e aquilo que se apresenta como o desejável. Esta base teórica já existente vai ter a sua importância ao servir de indicador para o enquadramento nesta mesma área que carece de investigação (Freixo, 2010).

## **1.5 Procedimento Metodológico**

O processo metodológico neste RCFTIA baseia-se nas fases enunciadas por Freixo (2010), no que concerne à investigação qualitativa. Primeiramente, executou-se a “formulação de um problema geral de investigação” (Freixo, 2010, p. 150), com a problemática da adequabilidade do treino de tiro atual na GNR. De seguida, foi realizado o “enunciado de questões precisas com vista a explorar os elementos estruturais, as interações e os processos que permitem descrever o fenómeno e elaborar o conceito” (Freixo, 2010, p. 150), presentes no Capítulo 1.

Efetuuou-se a “escolha dos métodos de colheita de dados” (Freixo, 2010, p. 150) que se basearam na análise documental, presente nos Capítulos 2, 3 e 4, bem como os dados recolhidos pelas entrevistas realizadas. (Capítulo 5). Seguidamente, a “escolha de um contexto social e de uma população” (Freixo, 2010, p. 150), ou seja, tudo o que “diz respeito

---

<sup>4</sup> Nível de Emprego Operacional, conforme definido pela Circular n.º 14/2014, é a divisão das valências e forças da GNR, por patamares, dependendo das suas missões, preparação, equipamento, armamento e impacto no cidadão. Entenda-se que o 1 NEOp compreende as forças que efetuam policiamento administrativo, de proximidade e fiscalização, o vulgarmente denominado patrulheiro, de serviço contínuo, sistemático e global (GNR, 2014b).

aos sujeitos, casos ou observações selecionadas da população em que se fundamenta a investigação” (Rosado, 2017, p. 127), presente no Subcapítulo 1.7.

Na próxima etapa, deu-se a efetiva “colheita de dados e análise de onde é retirada uma descrição detalhada dos acontecimentos relatados pelos participantes” (Freixo, 2010, p. 150), patentes no já enunciado Capítulo 5. O próximo momento foi o de “elaboração de hipóteses interpretativas a partir dos conhecimentos obtidos” (Freixo, 2010, p. 150), que por sua vez vão contribuir ativamente para a última fase.

A “reformulação interativa do problema” (Freixo, 2010, p. 150), presente agora já com os conhecimentos obtidos pela análise e investigação levadas a cabo, oferecem as hipóteses de tecer conclusões e recomendações e responder, assim, à QC, dado que este é o seu objetivo (Quivy & Campenhoudt, 2013).

## **1.6 Recolha de Dados**

Tendo em conta a abordagem qualitativa desta investigação, e sempre com a preocupação do “investigador determinar o tipo de instrumento de medida que melhor convém ao objetivo de estudo (Fortin, 2009, p. 369), a recolha de dados foi realizada por duas grandes vias. A primeira sendo uma análise documental extensiva dos diplomas legais nacionais e internacionais que regulam o recurso à arma de fogo por parte do agente policial, bem como os documentos internos à GNR, artigos científicos, teses e relatórios sobre esta matéria. Os mesmos foram obtidos através de plataformas online e repositórios de trabalhos científicos<sup>5</sup>. Esta análise funcionou para examinar criticamente as publicações pertinentes sobre o tema em questão, bem como sintetizar e resumir estes mesmos documentos, por forma a fornecer a matéria essencial ao estudo (Fortin, 2009).

A segunda, englobada no trabalho de campo, constituiu-se num conjunto de entrevistas semiestruturadas, pois apesar de ter sido estabelecido “um roteiro, ou guião prévio de perguntas” (Freixo, 2010, p. 192), as perguntas, na sua generalidade tomam um caráter aberto, pois “exigem um tratamento *a posteriori*, de análise de conteúdo das respostas” (Azevedo & Azevedo, 2003, p. 30).

Foram elaborados dois guiões de entrevista diferentes, o do grupo de entrevistas A<sup>6</sup> e o do grupo de entrevistas B<sup>7</sup>. O grupo de entrevistas A foi elaborado com o propósito de obter

---

<sup>5</sup> Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa; Diário da República; EBSCO Host; Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Google Scholar e Google Books.

<sup>6</sup> Cfr. Apêndice C.

<sup>7</sup> Cfr. Apêndice D.



o testemunho de oficiais de tiro da GNR, por forma a ter-se uma avaliação do programa geral de tiro na Guarda, bem como do enquadramento legal do mesmo e o possível futuro do treino de tiro de simulação, por via de entrevistados com experiência na área<sup>8</sup>. O grupo de entrevistas B foi realizado com o propósito de obter o testemunho de um entrevistado com experiência na função de fiscalização da ação policial, por forma a obter-se uma perspetiva legal do tema em questão.

Devido às restrições impostas pelas medidas da Covid-19, as entrevistas foram realizadas exclusivamente por meio de correio eletrónico.

A análise documental, bem como a recolha dos artigos e diplomas relevantes ocorreu, na sua maioria, no intervalo de tempo entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021. As entrevistas foram realizadas no período de tempo compreendido entre os meses de fevereiro de 2021 e março do mesmo ano.

## **1.7 Análise de dados e Amostragem**

Após a recolha dos dados, a análise dos mesmos é o que vai dotar a investigação das informações extraídas dos esforços do trabalho de campo, por forma a extrair conclusões, interpretar os resultados apresentar as implicações desses mesmos resultados (Freixo, 2010).

A análise destes dados, decorrentes das entrevistas, obedeceu à técnica da análise de conteúdo, que para o grupo de entrevistas A se materializou em tabelas de sinopse, com pontos chave das respostas dos entrevistados, do E1 ao E7. No caso do grupo de entrevistas B, realizada ao E8, materializou-se num breve resumo da resposta, com foco nos pontos chave, contudo, sem a necessidade de tabelas. Conforme Guerra (2006) afirma, os resultados das entrevistas funcionam como potenciais fatores explicativos dos fenómenos, que podem ajudar a explicar a plausibilidade dos resultados. Efetivou-se um cruzamento das respostas dos diferentes entrevistados, por forma a descobrir pontos de concordância ou discordância, possibilitando assim, uma melhor compreensão dos fenómenos estudados.

Foi necessário determinar uma população alvo, que obedeça aos critérios necessários de correspondência ao tema da investigação, que se definiu como oficiais com experiência em cargos e funções relacionadas como treino de tiro na GNR. Dentro desta população alvo, é necessário encontrar um conjunto de inquiridos com as características de representatividade e possibilidade de serem entrevistados, ou seja, a amostra (Fortin, 2009).

---

<sup>8</sup> Cfr. Apêndice G.

No que concerne à amostra, que é o grupo de pessoas “escolhido com vista a obter informações relacionadas com um fenómeno” Fortin (2009, p. 202), o grupo de entrevistas A visou sete oficiais de tiro da GNR, o oficial de tiro da Escola da Guarda (EG) pelo seu papel como estrutura central da doutrina na Guarda, e seis oficiais de tiro dos Comandos Territoriais (CTer), cujo critério a adotar foi o dos CTer com maior índice de criminalidade (Lisboa, Porto, Setúbal, Faro, Aveiro e Braga) (Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI], 2020), que, apesar de não se verificar correlação direta, acabam por ser os CTer onde a formação de tiro ganha destaque, pois dado o seu panorama criminal, é expectável que os seus militares se encontrem preparados e com as capacidades necessárias a recorrer à arma de fogo, se necessário.

O grupo de entrevistas B foi aplicado a um Inspetor da Inspeção-Geral da Administração Interna, como uma entrevista mais orientada para a parte legal do tema, sendo possível obter a observação de um entrevistado intimamente ligado à fiscalização do aspeto legal da atuação das FS, que tão intimamente se liga ao recurso à arma de fogo.

No decorrer da aplicação das entrevistas, foi enviado, juntamente com o guião das mesmas, uma carta de apresentação<sup>9</sup> e uma declaração de consentimento<sup>10</sup> por forma a legitimar o uso dos dados obtidos.

A redação deste RCFTIA foi elaborada em Microsoft Word, na versão para Microsoft 365 MSO.

---

<sup>9</sup> Cfr. Apêndice B.

<sup>10</sup> Cfr. Apêndice F.

## **CAPÍTULO 2. A LEI NO RECURSO À ARMA DE FOGO EM AÇÃO POLICIAL**

A atividade policial sofre alterações consoante outras tantas alterações sociais. Vivemos num panorama onde a criminalidade violenta e grave tem vindo a diminuir (Gabinete SGSSI, 2020), contudo, não cabe às FS deixar de procurar inovar e manter um nível de responsabilidade e preparação adequados à criminalidade, que retém o seu caráter imprevisível, com tem sido provado por situações do passado, recorde-se o caso de Pedro Dias, do Pinhal Novo, ou, mais recentemente, de Fernão Ferro, onde indivíduos fizeram uso de armas de fogo sobre militares da GNR.

Por conseguinte, e como será abordado mais à frente, o uso da força por parte dos militares da GNR é uma temática que tem de estar bem presente, e tem de ser continuamente treinado, por forma a manter-se um nível de eficácia necessário, na eventualidade de existirem situações como as mencionadas anteriormente. Mais concretamente está o emprego da arma de fogo, o patamar mais gravoso do uso da força, que se encontra regulado por diversos diplomas, a diversos níveis e enquadramentos, como será abordado de seguida. Contudo, deve-se ressaltar, por forma a manter a integridade do discurso e potencial debate futuro, que as normas que regulam o emprego da arma de fogo são de caráter geral e abstrato, não se adequando obrigatoriamente de forma perfeita a cada situação policial, sendo relevante, então, afirmar que “a Lei não contém, porque não pode conter, nem uma enumeração completa e total das situações concretas em que a Polícia pode recorrer ao uso da força, nem dos meios coercivos de que em cada caso se pode socorrer” (Nogueira, 2004, p. 7).

Como tal, antes de se abordarem os diplomas mais concretamente orientados para este patamar do UF, é necessário abordar-se os princípios constitucionais que guiam a atividade policial e a utilização da força por parte do Estado, através das polícias. Como está presente na Constituição da República Portuguesa (CRP), Portugal é um Estado, onde a lei e as ferramentas do Estado funcionam para garantir a soberania popular, os direitos dos cidadãos e a legalidade democrática (Assembleia Constituinte [AC], 1976). Aliado a esta base de caracterização do nosso Estado, vem o conceito da polícia, que pode ser entendido como “o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”

(Caetano, 2004, p. 1). Esta polícia pode então ser compreendida ainda em dois sentidos, um funcional, como aquele referido anteriormente, ou num sentido orgânico, no qual se entende como um organismo do Estado com tarefas e funções predominantemente policiais (Raposo, 2006). Existindo ainda num nível inferior no que concerne a hierarquia das normas, entenda-se abaixo da lei fundamental que é a CRP, a Lei de Segurança Interna (LSI), que para além de definir conceitos, estabelecer objetivos e atribuir competências, prevê, nos seus artigos 28º e 29º, respetivamente as medidas de polícia e as medidas especiais de polícia, que vai relacionar e limitar no artigo seguinte, explicitando que estas medidas só poderão ser aplicadas em concordância com o Princípio da Necessidade (Assembleia da República [AR], 2008a).

## **2.1 A Ação Policial e o Uso da Força**

Entenda-se como o trabalho diário de qualquer uma das FS de competência genérica, nacionais, sendo a GNR, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Polícia Judiciária (PJ), como previsto no n.º 1 do artigo 3º da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC) (AR, 2008b).

Existe, contudo, uma definição legal, para além do conceito de “regulação de uma liberdade ou atividade, com vista à salvaguarda da ordem coletiva, ou do bem comum relevante” (Sousa, 2016, p. 43), estando a mesma presente no n.º 2 do artigo 1º do DL n.º 457/99 onde é definido que, “para os fins desta lei, entende-se por ação policial a que for desenvolvida pelas entidades e agentes previstos no número seguinte, no exercício das funções que legalmente lhes estiverem cometidas” (Ministério da Administração Interna [MAI], 1999, p. 1).

As polícias existem por forma a regular a vida em sociedade, estabelecerem-se como ferramenta do Estado para defender a legalidade democrática, suportar os garantistas da segurança interna do território, auxiliar na defesa, e salvaguardar os direitos dos cidadãos através de prevenção e repressão criminal, podendo para isto fazer uso da coerção física, condicionando a vontade própria dos elementos da população que se encontrem sob ação policial por razão de violação da Lei, naturalmente, operando no âmbito dos limites do Direito e da necessidade da sua atuação, bem como pela dignidade destes mesmos indivíduos sobre os quais atuem (Valente, 2012).

Esta mesma prerrogativa da coerção traduz-se na expressão do uso da força, num entendimento mais lato, no simplificado “efeito coativo físico” (Sousa, 2016, p. 750) sobre o adversário.

Presente nas normas internas da Guarda, porém, existe a designação oficial e institucional de UF, compreendido como “toda e qualquer intervenção sobre um indivíduo ou grupo de indivíduos, reduzindo ou limitando a sua capacidade de decisão” (GNR, 2014a, p. 2).

Um dos conceitos-chave, presente no título desta investigação, é a arma de fogo. Ainda que um objeto familiar para todos os elementos das FS e militares, a arma de fogo apresenta-se como a ferramenta mais lesiva à disposição dos elementos representantes do Estado, encarregues de manter a segurança e tranquilidade públicas, as polícias, ou FS.

Possuindo definição técnica, prevista na Lei n.º 5/2006, a arma de fogo é uma “arma portátil, com cano ou canos, concebida para disparar, apta a disparar ou suscetível de ser modificada para disparar projétil ou múltiplos projéteis, através da ação de uma carga propulsora combustível” (AR, 2006, p. 2). Define-se ainda um dispositivo “com carregador ou depósito, destinado ao disparo de munições sem projéteis, de substâncias irritantes, outras substâncias ativas ou munições de pirotecnia, e que possa ser convertido para disparar munição ou projétil através da ação de uma carga propulsora combustível” (AR, 2006, p. 2).

Esta arma deve ser utilizada pelo elemento das FS com um cuidado estudo e uma sóbria noção dos princípios subjacentes à mesma, como será adiante referido e analisado, pois este uso da arma de fogo, a partir do qual “resultem danos, sejam corporais ou materiais, é um dos casos que pode dar causa a responsabilidade civil, extracontratual, com imputação subjetiva ou objetiva, do Estado, por operações materiais de polícia” (Almeida, 2003, p. 120).

## **2.2 Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei**

No ano de 1990, entre os dias de 27 de agosto e 7 de setembro, decorreu, em Havana, Cuba, o Oitavo Congresso da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, agora chamado de Congresso da ONU para a Prevenção do Crime e Justiça Criminal.<sup>11</sup> Deste congresso foi emanado um documento que se reveste de relevância para a presente investigação, que constitui os Princípios Básicos

---

<sup>11</sup> Realiza-se a cada cinco anos, porém o Congresso de 2020, projetado para ser realizado em Quioto, foi adiado devido à pandemia da Covid-19.

sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelo Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (PBUFAFFRAL). Neste documento, a ONU enquadra, primeiramente o papel do agente de autoridade, neste caso referido pela expressão mais abrangente de “funcionário responsável pela aplicação da Lei”<sup>12</sup> (Organização das Nações Unidas [ONU], 1990), como tendo “um papel fundamental na proteção do direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa, tal como garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirmado no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos<sup>13</sup>” (ONU, 1990, p. 1). Ao estabelecer este enquadramento, fazendo ainda referência a disposições do congresso anterior, na sua resolução número 14, bem como à comunicação do “Conselho Económico e Social, na secção IX da sua Resolução 1986/10, de 21 de maio de 1986” (ONU, 1990, p. 2), o documento dos PBUFAFFRAL afirma ainda que

“os Governos e organismos de aplicação da lei devem adotar e aplicar regras e regulamentos sobre a utilização da força e de armas de fogo contra pessoas por parte de funcionários responsáveis pela aplicação da lei. Ao elaborarem tais regras e regulamentos, os Governos e organismos de aplicação da lei devem manter sob permanente avaliação as questões éticas associadas à utilização da força e de armas de fogo” (ONU, 1990, p. 2).

Assinalados como princípios, ou números, de relevância neste mesmo documento, temos três que se destacam, pela sua natureza generalista, bem como pelo facto de ser possível observar-se alguns dos princípios presentes no ordenamento jurídico português, surgindo em diplomas aprovados nos anos posteriores à publicação dos PBUFAFFRAL, como se verá mais à frente.

Em primeiro lugar, o número 2 deste documento, que aborda a questão dos materiais, ferramentas, equipamento e armas que devem ser fornecidos às FS por parte do Estado, por forma a conseguir-se um UF e um potencial uso de armas de fogo mais moderado e legitimado. Afirma-se então que devem ser distribuídos

“diversos tipos de armas e munições que permitam uma utilização diferenciada da força e das armas de fogo. Tal deverá incluir o desenvolvimento de armas incapacitantes não letais para uso em situações apropriadas, tendo em vista limitar cada vez mais o recurso a meios suscetíveis de causar a morte ou lesões corporais.” (ONU, 1990, p. 2).

O segundo número a apontar, será o número 9 desta publicação, onde é abordado o Princípio da Necessidade e o Princípio da Proporcionalidade, na medida em que são

---

<sup>12</sup> Denominação origina-se no Código de Conduta dos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, no seu artigo 1º, publicado pela ONU no ano de 1979.

<sup>13</sup> Aprovado a 16 de dezembro de 1966, este tratado constitui uma de três peças da Carta Internacional dos Direitos Humanos, sendo as outras duas a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

estabelecidos os pré-requisitos a serem observados aquando da utilização da arma de fogo na atividade policial, por parte do agente de autoridade, realçando, acima de tudo, a natureza de *ultima ratio*, ou de último recurso, deste patamar do UF. Desta forma, é afirmado que os agentes de autoridade

“não utilizarão armas de fogo contra pessoas salvo em caso de legítima defesa do próprio ou de terceiros contra perigo iminente de morte ou dano corporal grave, para prevenir a prática de um crime particularmente grave que implique uma séria ameaça à vida, para capturar uma pessoa que represente tal perigo e resista à autoridade, ou para impedir a sua fuga, e somente quando medidas menos extremas se revelem insuficientes para alcançar estes objetivos. Em qualquer caso, só pode recorrer-se intencionalmente à utilização letal de armas de fogo quando tal seja estritamente indispensável para proteger a vida” (ONU, 1990, p. 4).

É ressalvado ainda que os Estados devem possuir mecanismos por forma a garantir que os elementos das FS deverão ser dotados de uma formação profissional, seja inicial ou contínua, exigente e rigorosa, afirmando que

“os Governos e organismos de aplicação da lei deverão garantir que todos os funcionários responsáveis pela aplicação da lei recebam formação sobre a utilização da força e sejam submetidos a testes de acordo com normas de avaliação adequadas. Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei que devam transportar armas de fogo só devem ser autorizados a fazê-lo depois de receberem formação especializada sobre a sua utilização” (ONU, 1990, p. 6).

Os PBUFAFFRAL vieram dar a base legal e normativa para a implementação de diplomas nacionais que regulam estas as temáticas da utilização da arma de fogo por parte dos elementos das FS, não só nas medidas de quando e como o podem fazer, mas também de como têm de ser formados e habilitados para o fazerem de forma legítima.

## **2.3 Código Deontológico do Serviço Policial**

Tendo então os princípios basilares sido estabelecidos pelo documento emitido pela ONU, coube então a cada um dos Estados-Membros desta organização transpor estes princípios para o seu próprio ordenamento jurídico. Como tal, no dia 7 de fevereiro de 2002, pela Resolução n.º 37/2002, o Conselho de Ministros aprovou o Código Deontológico do Serviço Policial (CDSP) que surgiu não só do diploma anteriormente abordado, como também da “Resolução n.º 690 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, de 8 de Maio de 1979, e da Resolução n.º 34/169 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 17 de Dezembro de 1979” (Presidência do Conselho de Ministros [PCM], 2002).

Este código estabelece princípios mais concretos, nomeadamente agora aos profissionais da PSP, e aos militares da GNR, tal como afirmado no artigo 1º, no que concerne à ética, à isenção e ao profissionalismo das suas atuações, com enfoque especial na

temática do UF. Aborda temas como a dignidade na atuação das FS, o cuidado a ter com indivíduos à guarda destas mesmas forças, obrigações a respeitar na preparação e ação policial, e, de uma forma abrangente, os valores e princípios a cultivar por parte dos agentes de autoridade, por forma a atingir-se uma imagem de legitimidade e profissionalismo no panorama nacional e internacional.

Nos seus artigos iniciais, para além de fazer menção aos diplomas internacionais, como a DUDH e a CEDH, o CDSP prevê que os elementos das FS devem cultivar e fazer cumprir-se os “Valores do Humanismo, da Justiça, Integridade, Honra, Dignidade, Imparcialidade, Isenção, Probidade e Solidariedade (PCM, 2002 p. 1). No artigo 3º, está previsto que o elemento das FS deve ter como guia na sua atuação o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa Humana, tais como a sua dignidade, o direito à liberdade, à vida e à segurança, seja qual for o seu passado cultural, condição económica, religião, etnia ou outros fatores característicos ou sociais. No artigo seguinte, estes mesmos princípios de atuação e respeito para com os direitos fundamentais do cidadão sobre o qual se possa fazer o UF, ou qualquer outra atuação policial são transpostos para o ambiente mais concreto da pessoa detida e que se encontra sob a custódia das FS. Afirma que, para além de respeitar e fazer zelar pelos direitos fundamentais da pessoa detida que foram explicitados no artigo anterior, as FS estão proibidas de efetuar “qualquer ato de tortura ou qualquer outro castigo ou tratamento cruel, desumano ou degradante” (PCM, 2002, p. 2).

Finalmente, é determinado que “os membros das Forças de Segurança devem agir com determinação, prudência, tolerância, serenidade, bom senso e autodomínio na resolução das situações decorrentes da sua atuação profissional (PCM, 2002, p. 2).

No artigo 8º, o CDSP prevê em que medida os elementos das FS podem fazer uso de medidas coercivas, por forma a fazer cessar uma infração, restabelecer a ordem e legalidade públicas, bem como a segurança de uma determinada ocorrência. No primeiro, tal como no segundo número deste artigo, é possível identificar os Princípios da Necessidade, Adequação e Proporcionalidade, que determinam toda a atuação coerciva das FS, pois a mesma só poderá ser empregue quando os meios desta mesma atuação se verificarem ser “indispensáveis, necessários e suficientes ao bom cumprimento das suas funções e estejam esgotados os meios de persuasão e de diálogo” (PCM, 2002, p. 2). Nos números seguintes, é reforçada a noção que o emprego do UF deve ser feito apenas quando “se revele legítimo, estritamente necessário, adequado e proporcional ao objetivo visado” (PCM, 2002, p. 2). No seu número 3, é abordado o cerne da questão desta investigação, o emprego da arma de fogo. É afirmado que os elementos das FS “só devem recorrer ao uso de armas de fogo, como medida extrema,



quando tal se afigure absolutamente necessário, adequado, exista comprovadamente perigo para as suas vidas ou de terceiros e nos demais casos taxativamente previstos na lei” (PCM, 2002, p. 3).

O número final aborda a preparação do agente da FS, prevendo que a mesma deve ser garantida pelo mesmo agente, na medida da sua proficiência profissional, física e psíquica, mas também o mesmo se pode inferir acerca da instituição que carrega a responsabilidade de ter os seus elementos bem formados e treinados, particularmente no que concerne ao UF.

Como síntese deste diploma legal, como peça que auxilie a entender a temática da investigação, conclui-se que

“Num Estado que elege como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana, que consagra constitucionalmente como direitos fundamentais os direitos à vida e à integridade física e que impõe o respeito pelo conteúdo essencial que no exercício das suas funções os agentes atuem com respeito pelos mesmos, devendo a intervenção policial pautar-se pelo estritamente necessário à reposição da legalidade violada e que na ponderação dos diversos interesses em jogo adotem as medidas que se mostrem, face às circunstâncias, necessárias, adequadas e proporcionais. E, se os princípios enunciados constituem um importantíssimo filtro de aferição da legalidade de uma atuação concreta com recurso aos meios de coerção em geral, por maioria de razão assumem especial significado quando está em causa a utilização de um meio coercivo extremo como é a arma de fogo” (Nogueira, 2003, p. 98).

#### **2.4 Decreto-Lei n.º 457/1999 – Utilização de Armas de Fogo e Explosivos pelas Forças e Serviços de Segurança**

A partir dos pressupostos colocados no panorama legislativo por diplomas anteriores, sejam os mesmos de alcance nacional ou internacional, surgiu a necessidade de transpor os ideais de regulação do recurso à arma de fogo na atividade policial num só diploma, onde se encontrassem unificados os princípios de atuação com esta ferramenta coerciva, respeitando as normas constitucionais, bem como o Direito Internacional, e outros diplomas abrangentes, como o anteriormente referido CDSP. Foi assim aprovado em Conselho de Ministros, no dia 16 de setembro de 1999 o Decreto-Lei n.º 457/99 (DL), tendo entrado em vigor no dia 5 de novembro.

No preâmbulo do diploma, é possível observar-se que é destacado o n.º 2 do artigo 266º da CRP, onde são prestigiados os Princípios da Igualdade, Proporcionalidade, Necessidade, da Justiça, da Imparcialidade e da Boa Fé na atuação dos órgãos e agentes administrativos, que, neste caso em particular, serão os Órgãos de Polícia Criminal (OPC). Estes princípios verificam-se então ser uma constante e fio condutor de qualquer diploma que se proponha a regular o UF bem como o uso da arma de fogo, por parte da autoridade,

podendo-se tirar esta conclusão pela análise anterior dos diplomas estudados, corroborada agora pelo DL n.º 457/99. Para além de estabelecer esta base, o diploma tem ainda

“a preocupação de explicitar e desenvolver condicionantes ao uso de armas de fogo inerentes aos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstas e enfatizar especialmente a necessidade de salvaguardar a vida humana até ao extremo possível, através da concretização de exigências acrescidas e mais restritivas, de recurso a arma de fogo contra pessoas” (MAI, 1999, p. 1).

Neste diploma “são abrangidas todas as entidades e agentes policiais definidos pelo Código de Processo Penal<sup>14</sup> como órgãos e autoridades de polícia criminal” (MAI, 1999, p. 1), bem como apenas se aplica ao recurso à arma de fogo na atividade policial. O artigo 2º afirma que a arma de fogo só deve ser uma ferramenta à qual se recorre em “absoluta necessidade, como medida extrema, quando outros meios menos perigosos se mostrem ineficazes, e desde que proporcionado às circunstâncias” (MAI, 1999, p. 1). Num outro aspeto, afirma que, caso a situação se desenvolva e chegue ao ponto que arma de fogo seja então empregue, “o agente deve esforçar-se por reduzir ao mínimo as lesões e danos e respeitar e preservar a vida humana” (MAI, 1999, p. 1). Desde o início deste diploma, estão bem presentes a noção da medida extrema do recurso a arma de fogo, bem como os deveres do agente que fizer uso da mesma, de apenas o fazer quando todos os outros meios menos violentos de coerção policial se mostrem ineficazes. É ainda realçado o dever de procurar manter os danos corporais do adversário (ADV)<sup>15</sup> ao mínimo, e manter sempre o direito à vida humana presente, ao longo de toda a atuação policial. De seguida, é apresentado o artigo 3º, que se reveste de uma assinalável importância, pois é aqui que estão previstas as situações concretas, enumeráveis, nas quais um elemento das FS poderá utilizar o recurso à arma de fogo no decorrer da sua ação policial. A existência de um artigo desta natureza no diploma é relevante, não só a nível jurídico, como também para evidenciar e ter como base

“a maior segurança que resulta para o próprio agente da definição de um quadro mais claro de procedimentos e ainda a ausência de justificação para a não uniformização dos pressupostos relativos à utilização da arma de fogo, independentemente da proveniência do agente” (Nogueira, 2003, p. 99).

Enquanto todo o artigo deve ser destacado pelas razões anteriormente enumeradas, os seus números 1 e 2 são particularmente importantes, pois são aqueles que efetivamente listam

---

<sup>14</sup> Agora definidos pela Lei n.º 57/2015, de 26 de junho, a Lei de Organização da Investigação Criminal, ou LOIC.

<sup>15</sup> Definido pelo Manual de Operações da GNR, como o indivíduo sobre o qual é realizada a intervenção policial, que, normalmente, estabelece resistência contra a atuação da força (Guarda Nacional Republicana [GNR] 1996).

os casos onde existe legitimidade legal para o uso da arma de fogo por parte do elemento da FS, que são os seguintes:

- “a) Para repelir agressão atual e ilícita dirigida contra o próprio agente da autoridade ou contra terceiros;
- b) Para efetuar a captura ou impedir a fuga de pessoa suspeita de haver cometido crime punível com pena de prisão superior a três anos ou que faça uso ou disponha de armas de fogo, armas brancas ou engenhos ou substâncias explosivas, radioativas ou próprias para a fabricação de gases tóxicos ou asfixiantes;
- c) Para efetuar a prisão de pessoa evadida ou objeto de mandado de detenção ou para impedir a fuga de pessoa regularmente presa ou detida;
- d) Para libertar reféns ou pessoas raptadas ou sequestradas;
- e) Para sustentar ou impedir grave atentado contra instalações do Estado ou de utilidade pública ou social ou contra aeronave, navio, comboio, veículo de transporte coletivo de passageiros ou veículo de transporte de bens perigosos;
- f) Para vencer a resistência violenta à execução de um serviço no exercício das suas funções e manter a autoridade depois de ter feito aos resistentes intimação inequívoca de obediência e após esgotados todos os outros meios possíveis para o conseguir;
- g) Para abate de animais que façam perigar pessoas ou bens ou que, gravemente feridos, não possam com êxito ser imediatamente assistidos;
- h) Como meio de alarme ou pedido de socorro, numa situação de emergência, quando outros meios não possam ser utilizados com a mesma finalidade;”
- i) Quando a manutenção da ordem pública assim o exija ou os superiores do agente, com a mesma finalidade, assim o determinem.” (MAI, 1999, p. 2).

Por forma a complementar o que foi enumerado no número anterior, e legitimar o recurso à arma de fogo contra pessoas, o número 2 do mesmo artigo afirma que

- “O recurso a arma de fogo contra pessoas só é permitido desde que, cumulativamente, a respetiva finalidade não possa ser alcançada através do recurso a arma de fogo, nos termos do n.º 1 do presente artigo, e se verifique uma das circunstâncias a seguir taxativamente enumeradas:
- a) Para repelir a agressão atual ilícita dirigida contra o agente ou terceiros, se houver perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física;
  - b) Para prevenir a prática de crime particularmente grave que ameace vidas humanas;
  - c) Para proceder à detenção de pessoa que represente essa ameaça e que resista à autoridade ou impedir a sua fuga” (MAI, 1999, p. 2).

Estão então dispostos os requisitos para uma situação policial ser passível de se caracterizar como legítima para o uso de arma de fogo. Contudo, apenas agora começa o trabalho de análise do disposto neste diploma, bem como uma apreciação da tradução da letra da Lei no ambiente real vivido todos os dias pelos elementos das FS.

Desde o início, numa primeira interpretação deste diploma, é importante entender a definição de recurso de arma de fogo. Esta expressão foi empregue neste DL, ao invés de “uso de arma de fogo” por forma realçar o seu caráter de excecionalidade, como medida última no espetro do UF (Nogueira, 2003). Temos depois uma segunda parte no trabalho de

interpretação, que se debate sobre o que configura o dito recurso à arma de fogo, na medida em que procura saber se se cinge unicamente ao disparo, ou se o mero ato de empunhar a arma e utilizá-la como elemento dissuasor, apontando, ou não, ao ADV ou a qualquer coisa que possa ser objeto de crime, se constitui como “recurso à arma de fogo”.

Disposto no n.º 3 do artigo 3º, temos que “sempre que não seja permitido o recurso a arma de fogo, ninguém pode ser objeto de intimidação através de tiro de arma de fogo” (MAI, 1999, p. 2). A partir desta afirmação, pode-se retirar a conclusão de que o emprego da arma de fogo meramente como ferramenta dissuasora, através do disparo, é proibida. Contudo, o disparo a efetuar pelo elemento da FS, sem vista a atingir o ADV, ou qualquer outra coisa, pode existir, sob a forma de advertência, prevista no n.º 2 do artigo 4º, onde é afirmado que “a advertência pode consistir em tiro para o ar, desde que seja de supor que ninguém venha a ser atingido, e que a intimação ou advertência prévia possa não ser clara e imediatamente perceptível” (MAI, 1999, p. 2).

Nesta primeira parte, então, tendo sido estabelecida legitimidade para recorrer à arma de fogo, sabemos que o disparo pode ser efetuado nos conformes dos requisitos do artigo 3º, bem como advertência, caso uma advertência prévia não tenha sido eficaz. É portanto lógico que esteja legitimado “por maioria de razão, o mero empunhamento da arma” (Nogueira, 2003, p. 103).

Como último ponto a refletir neste momento interpretativo, resta procurar cessar a dúvida acerca do empunhamento da arma de fogo numa situação onde o agente de autoridade sinta que uma dissuasão forte e concertada é necessária, contudo, possam não estar reunidos os requisitos do artigo 3º. Conforme refere Nogueira (2003, p. 103),

“a questão que se pode colocar é saber se, não ocorrendo qualquer dos pressupostos que legitima o uso de arma de fogo, é permitido o respetivo empunhamento, designadamente com o objetivo de intimidar. Com efeito, a redação do n.º 3 do artigo 3º ao dizer que “Sempre que não seja permitido o recurso a arma de fogo, ninguém pode ser objeto de intimidação através de tiro de arma de fogo” (o sublinhado é nosso), potencia a dúvida.

Contudo, parece resultar dos trabalhos preparatórios a intenção de vedar a intimidação também através do mero empunhamento da arma de fogo nos casos em que não se mostrem reunidos os pressupostos do uso efetivo da mesma.”

Este decreto-lei, ao unificar o panorama legislativo desta área, veio substituir uma realidade onde os agentes de autoridade de cada FS se regiam por um conjunto de normas e regras diferentes. Esta disparidade poderia originar situações onde se encontrariam diferentes OPC a operar no mesmo local, à mesma hora, e teriam de reagir à mesma situação violenta, potencialmente fazendo uso da arma de fogo, porém, elementos de uma força teriam um

quadro normativo em relação à sua atuação diferente do outro, podendo causar graves incongruências na atuação policial (Escalinha, 2014).

Este DL, então, veio não só a oferecer uma uniformização do domínio legal do recurso da arma de fogo por parte dos elementos das FS, como também

“dois planos possíveis de recurso a arma de fogo, nomeadamente o recurso a arma de fogo, e o recurso a arma de fogo especificamente contra pessoas sendo este muito mais restrito que o primeiro, pois que, apesar de parecer óbvia dada a diferença dos valores jurídicos postos em causa nos diferentes planos, não estava contemplada na legislação portuguesa, pelo que se pretendeu com ela aumentar a salvaguarda da vida humana, mas também a segurança jurídica do agente policial que estaria a partir de agora apetrechado com um quadro jurídico bastante mais claro e linear do que o previsto nos seus estatutos” (Escalinha, 2014, p. 65).

Observa-se que os princípios basilares nos diversos diplomas desta temática são uniformes em cada um deles, independentemente da sua natureza mais abrangente ou particular, distinguindo então a mera utilização da violência, do uso da força legitimado e autorizado pelo Estado, por forma a proteger valores e direitos constitucionais que se encontrem lesados numa dada situação (Oliveira, 2009).

Fica então a análise a este diploma altamente focado na temática em questão, concluindo-se que o mesmo é, na sua generalidade, completo e bem estruturado, contudo, existem alguns pontos passíveis de serem alvo de debate e futuro esclarecimento devido à sua natureza ambígua.

Primeiramente, por forma a saber a própria definição de recurso a arma de fogo não deveria ser necessário explorar literatura externa ao diploma, pois é a definição do conceito base do mesmo, logo devia estar explícita no diploma. Permanece a dúvida, devemos considerar o ato de apontar a arma como recurso a arma de fogo? Deve ser o mesmo encarado como um disparo, sendo que não foi fisicamente lesado qualquer interveniente na situação?

Estas questões, apesar de aparentemente óbvias não são explicadas no diploma, bem como áreas mais ambíguas e de difícil resolução, não só no ambiente operacional, como em sede de análise jurídica, veja-se, por exemplo, disparos efetuados nas costas de um suspeito de crimes graves. Os mesmos, pelo definido no diploma, não deviam ser permitidos, contudo, se o suspeito estiver armado, ou existir essa presunção, sendo que o mesmo já cometeu, ou se encontra na capacidade de cometer mais crimes graves, nos quais poderá ferir ou matar pessoas inocentes, estarão os mesmos legitimados? Apesar de não existir agressão atual e ilícita, pois o mesmo encontra-se em fuga? Estas são questões meritórias de debate e estudos futuros, pois esta análise apenas o pode suscitar, reconhecendo que, segundo o E8, o DL n.º 457/99 é bem enquadrado de forma jurídico-constitucional, sendo essencial e reduzido.

## **CAPÍTULO 3. A ARMA DE FOGO NO CONTEXTO DO USO DA FORÇA**

No sentido de existir uma autorregulação, a GNR encontra-se dotada de variados documentos normativos que guiam a atuação dos seus militares no serviço policial, funcionando como uma transposição do delimitado no diplomas legais referidos e analisados no capítulo anterior, para um regime interno da instituição. No capítulo que se segue, serão analisados os diplomas que oferecem a base normativa interna relativa a temas como o recurso à arma de fogo e ao UF, por parte do militar da GNR.

### **3.1 Legislação Institucional**

Publicado a 22 de março de 2017, o DL n.º 30 desse mesmo ano constitui o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (EMGNR), e apresenta-se como um documento aplicável a todos os guardas, sargentos e oficiais da instituição, funcionando como uma base estatutária, que estabelece aspetos como deveres adstritos aos militares da GNR, base remuneratória, trâmites da carreira dos mesmos, funções específicas de postos, entre outras mais, e, particularmente, estabelece ainda algumas regras no que concerne à adequação e correção do UF e do recurso à arma de fogo.

O militar da GNR apresenta-se como um cidadão com responsabilidade acrescida, não só durante o seu serviço policial como em qualquer ato da sua vida, exigindo-se ao mesmo “em todas as circunstâncias um bom comportamento cívico e a proceder com justiça, lealdade, integridade, honestidade e competência profissional” (MAI, 2017, p. 2). Assim sendo, o artigo 16º do EMGNR aborda a questão do UF, afirmando que o militar da GNR só deve fazer uso do mesmo quando assim se revele necessário, adequado e indispensável por forma a restabelecer a ordem, segurança e tranquilidade públicas, apenas quando se esgotem, também, os restantes meios de persuasão. Durante a aplicação do UF, o militar da GNR deve ainda primar pelo respeito pela vida, integridade, e honra da pessoa sob as suas ordens. Deve ainda recorrer à força obedecendo sempre aos princípios da Proporcionalidade, Necessidade e Adequação (MAI, 2017).

No número 4 do artigo 16º está previsto então o recurso à arma de fogo, onde é afirmado que

“no âmbito da função policial, só deve recorrer ao uso de arma de fogo, como medida extrema, quando tal se afigure absolutamente necessário, adequado,

proporcional e exista comprovadamente perigo para a sua vida ou de terceiros, e nos demais casos previstos na lei” (MAI, 2017, p. 4).

Por fim, neste diploma, é ainda estabelecido, no artigo 29º que todos os militares da GNR têm direito a fazer uso e porte de quaisquer armas e munições que lhes sejam confiadas pelo Estado, necessitando para isso, de formação na área de armamento e tiro, que é administrada nos cursos de formação inicial e contínua (MAI, 2017).

Pela aprovação do Despacho n.º 10393/2010, entrou em vigor o Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana (RGSGNR), documento que regula a forma pela qual os elementos da instituição devem operar por forma a colaborar ao fim comum que é o cumprimento da missão da GNR, estabelecida como “no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei” (AR, 2007, p. 1).

O RGSGNR apenas aborda as temáticas do UF e do recurso à arma de fogo brevemente, no seu artigo 7º, onde prevê os princípios de atuação dos militares da Guarda. É afirmado no número 6 que os militares da GNR podem fazer “uso de meios coercivos adequados à reposição da legalidade e da ordem, segurança e tranquilidade pública, apenas e só quando se mostrem indispensáveis, necessários e suficientes e estejam esgotados os meios de diálogo e de persuasão” (GNR, 2010a, p. 3) à semelhança do previsto no EMGNR. No seu número 8 afirma que o militar da Guarda pode recorrer à “utilização da arma de fogo como medida extrema, nos casos previstos na lei” (GNR, 2010a, p. 3), lei esta que se constitui nos diplomas abordados no capítulo anterior.

Apesar da sua idade, o Manual de Operações, de 1996, continua a ser o documento que, de uma forma generalizada, aborda as questões operacionais da ação policial, aspetos técnicos e princípios basilares da atividade operacional, no terreno e no âmbito do planeamento. No seu título I, no capítulo V, são abordados os Princípios da Atividade Operacional, que se apresentam como normas de atuação a ter-se em conta aquando do trabalho de planeamento e execução no terreno de operações, ou situações inopinadas, na melhor das capacidades dos militares que as configurarem, por forma a rentabilizar da forma mais eficaz a condução destas mesmas operações. Os Princípios são onze, e os seguintes: Legalidade; Objetivo; Iniciativa; Concentração de Meios; Economia de Forças; Mínima Força; Capacidade de Manobra; Unidade de Comando; Segurança; Surpresa e Simplicidade (GNR, 1996).

Naturalmente que cada um possui a sua importância e lugar nesta temática, contudo, os mais relevantes para o presente estudo são os Princípios da Legalidade e da Mínima Força. O Princípio da Legalidade é definido como a evidência de que todos os trâmites de atuação dos militares da Guarda estão “sujeitos à precedência da lei e à tipicidade legal, pelo que, tendo em vista a proibição do excesso, todas as medidas tomadas devem obedecer aos requisitos da necessidade, exigibilidade, adequabilidade, oportunidade e proporcionalidade” (GNR, 1996, p. V-1).

Por sua vez, o Princípio da Mínima Força é entendido como a reforçada noção de que a força deve ser empregue como último recurso, apenas após se extinguirem as hipóteses de persuasão por diálogo. Quando a força é empregue, deve-se, portanto, primar por aplicar o mínimo da mesma, apenas o “mínimo indispensável ao cumprimento da missão” (GNR, 1996, p. V-3), “por forma a sujeitar o adversário ao menor dano físico, material e moral” (GNR, 1996, p. V-3).

Este princípio relaciona-se ainda com outro conceito importante, o Princípio da Proibição do Excesso, que prevê uma atuação por parte da autoridade, não só orientada para uma aplicação mínima da força imprescindível à resolução do incidente, como da punição dessa mesma autoridade em caso de abuso, ou excesso, nessa mesma aplicação da força. Este princípio funciona como catalisador de uma atuação harmoniosa e proporcional, também chamado de Princípio da Proporcionalidade Clássica.

No seu Título II, o Manual de Operações aborda a questão particular do recurso à arma de fogo. É inicialmente feita uma enunciação dos diplomas legais que funcionam como base legal para o previsto neste capítulo do Manual, que inclui a CRP, o Código Penal (CP), a LOGNR, o EMGNR e o RGSGNR. Note-se a ausência do DL n.º 457/99, pois o Manual de Operações data de 1996, enquanto o DL, naturalmente, data de 1999.

Apesar de não constar na lista de diplomas nos quais este capítulo se baseia, é observável que os conteúdos presentes no DL n.º 457/99 em muito se assemelham aos plasmados neste Manual de Operações. A arma de fogo é tida, novamente, como o recurso mais gravoso no UF, sendo apenas justificada a sua utilização em situações extremas, que são enumeradas no presente capítulo.

Estas mesmas situações legítimas de uso de arma de fogo são em tudo semelhantes à apresentadas no n.º 1 do artigo 3º do DL n.º 457/99, sendo que no Manual existem algumas indicações técnicas, como o facto de se evitar o tiro automático, de evitar-se também efetuar disparos para áreas pavimentadas, caso possa existir ricochete, bem como ter as armas



municadas, ao invés de carregadas, leia-se com munição introduzida na câmara<sup>16</sup>, apenas se introduzindo a mesma à ordem do comandante (GNR, 1996, p. I-2). A partir deste ponto é possível observar-se uma discordância entre o Manual de Operações e o DL n.º 457/99, que é meritória de debate. No que concerne a disparos contra coisas, conforme estabelecido pelo artigo 3º, n.º 1 do DL referido, nada afirma em relação a disparos a serem efetuados contra superfícies pavimentadas, enquanto no Manual de Operações é referido categoricamente como nunca se deve fazer. Esta incongruência é passível de ser corrigida, por meio de atualização, contudo apresenta-se como um foco de potencial dúvida para o militar no terreno, numa situação de recurso a arma de fogo.

Finalmente são estabelecidos dois deveres importantes na atuação com recurso à arma de fogo, que são o dever de socorro e o dever de relato. É estabelecido que “o militar da Guarda que tenha recorrido a arma de fogo é obrigado a socorrer ou a tomar medidas de socorro aos feridos, logo que lhe seja possível” (GNR, 1996, p. I-2). No que concerne ao dever de relato, é previsto que “o recurso a arma de fogo torna obrigatório relato de tal facto, por escrito, ao superior hierárquico, no mais curto prazo possível, ainda que não tenha resultado qualquer dano” (GNR, 1996, p. I-2). Para além disto, o relatório de tiro deve ser preenchido na plataforma da GNR chamada de Sistema de Gestão e Registo de Armas de Fogo (SGRUAF). A aplicação encontra-se na intranet da GNR, devendo ser preenchido o respetivo relatório o mais cedo possível, por parte do militar autor dos disparos, sendo este relatório obrigatório.

### **3.2 Circulares da GNR**

A Circular n.º 15/2014-P, de 15 de setembro, denominada de “uso da força em intervenção policial” é a ferramenta normativa interna à instituição que aborda os mesmos temas referenciados nos diplomas anteriores, sintetizando estes conceitos num só documento que visa regular o UF na GNR.

Esta circular foi elaborada com o objetivo de ajudar a reforçar a legitimidade e legalidade da ação policial por parte dos militares da Guarda, no sentido em que um correto emprego da força, baseado numa norma concreta e explícita, se configura como um aspeto importante de qualquer FS. É dada ênfase ao emprego gradual da força, que deve ser flexível e dinâmico, funcionando numa base de relação causa-efeito, onde o OPC apenas emprega a força numa dinâmica recíproca com o ADV, só pondo em ação, subindo, ou descendo de

---

<sup>16</sup> Conforme a alínea a), do n.º 2 do artigo 4º da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, a Lei das Armas.

ostensividade no UF caso o ADV assim também se comporte (GNR, 2014a, p. 3). É afirmado, seguidamente, que o objetivo da GNR aquando de uma intervenção, é o de garantir a segurança e controlo, primando por defender o direito à vida, como o bem jurídico supremo, que deve ser preservado a todo o momento na atuação policial. Desta forma, são abordados três pontos-chave que qualquer militar deve ter ciente na sua atuação, sendo que se deve sempre demonstrar respeito pelos direitos e interesses dos cidadãos, obedecer e agir consoante o Princípio da Legalidade, e agir também em consonância com o Princípio da Proporcionalidade, nas suas três vertentes que são descritas seguidamente: a adequação da atuação, que se materializa na pergunta que se a atuação e a força empregue é a adequada ou não; a necessidade da atuação, representada pela realidade da ocorrência não ser passível de resolver sem aplicar um determinado nível de força; finalmente a proporcionalidade em sentido estrito, que funciona como a questão dos meios aplicados serem diretamente proporcionais à ofensa do ADV a um determinado bem jurídico em causa, tendo em conta que a força que é aplicada deve ser apenas proporcional à que está a ser efetuada por parte do ADV no desrespeito por um determinado bem jurídico (GNR, 2014a, p. 4).

Assim sendo, é afirmado, até agora, que o UF deve ser uma ferramenta utilizada com “uma lógica de contenção sempre presente, escolhendo a forma de atuação menos gravosa e lesiva de todas as que sejam idóneas para tal; no fundo, limitar o excesso (proibição do excesso) e aproximar ao mínimo necessário (uso mínimo da força)” (GNR, 2014a, p. 4).

É referido num ponto seguinte que o militar da Guarda deve manter-se preparado, fisicamente, psicologicamente e, de uma forma mais relevante para o presente estudo, tecnicamente, por forma a garantir uma atuação profissional, bem como aumentar “o sentimento de segurança e a credibilidade da força” (GNR, 2014a, p. 5).

Esta preparação funciona então na sequência de mitigar os efeitos do stress numa situação de UF, particularmente de emprego da arma de fogo, pois através de estudos efetuados no passado, o treino tem um papel importante em contrariar os efeitos causados pelo stress num confronto de aplicação da força, de uma forma acrescida quando se trata de recurso a arma de fogo (Baldwin, Bennell, Andersen, Semple & Jenkins, 2019).

Na alínea h) do ponto número 4 da circular, acerca das considerações operacionais, o conceito de força potencialmente letal é introduzido, numa perspetiva de afastar categoricamente a ação policial que tenha como fim a morte do visado do UF, considerando a morte, caso ocorra, como uma consequência indesejada e nunca como um objetivo, sendo apenas a segurança e o controlo os objetivos a que os militares se devem propor (GNR, 2014a). Neste conceito, está abarcado o uso da arma de fogo, por serem ferramentas do UF

cujo emprego envolve uma alta probabilidade de lesões potencialmente letais. Tendo isto em conta, a Circular n.º 15/2014-P afirma que a arma de fogo deve ser empregue sempre numa perspetiva potencialmente letal, nunca determinantemente letal.

No seu ponto número 5, a circular em questão aborda aquilo pela qual representa o seu propósito principal, sendo Modelo Global do UF na GNR (MGUF)<sup>17</sup>, ou a Hierarquia do UF, no qual são escalados os vários níveis de atuação do militar da GNR aquando da aplicação da força numa atuação policial.

Esta distinção dentro do conceito do UF é determinada pelas “diferentes formas de intervenção, com ou sem recurso a armas e equipamentos, por diferentes patamares, em função do maior ou menor condicionalismo que se pretende provocar ao ADV” (GNR, 2014a, p. 9). O militar deve ser capaz de efetuar uma análise à situação que se apresenta e determinar qual o patamar do UF a aplicar, em função do bem jurídico em causa, da agressividade do ADV, bem como em função duma análise ao risco e à finalidade da sua intervenção (GNR, 2014a). Para além destes critérios apresentados deve ser referido que a transição entre patamares deve ser feita numa lógica de passar para o patamar superior, mais lesivo, aquando da extinção da capacidade de resolução da ocorrência por intermédio do patamar anterior (GNR, 2014a). Esta lógica, contudo, não é estanque, na medida em que existem situações onde poderá ser necessário subir ou descer de patamares do UF de uma forma rápida ou até mesmo repentina, saltando um ou mais patamares, por forma a obter-se uma resposta proporcional ao nível de agressividade ou também armamento e equipamento do ADV, veja-se o exemplo uma situação de atirador ativo, ou de operação STOP onde o ADV possa fazer uso de uma arma branca, ou arma de fogo contra militares da GNR, fazendo então com que uma situação resolúvel por meio da nossa presença uniformizada ou contacto verbal tenha de escalar imediatamente para uma de emprego da arma de fogo. A capacidade de fazer esta gestão tem de ser treinada pelo militar, conforme refere o E3 na questão n.º 2 da entrevista do grupo A, pode ser necessário efetuar troca de armamento ou equipamento, logo, é uma componente passível de treino.

Abordando o primeiro patamar do UF, a presença uniformizada, a mesma atua numa ótica dissuasora, onde a mera presença do militar uniformizado, equipado, e armado, nos variados NEOp, irá funcionar para evitar conflitos com a FS ou para desativar potenciais situações de tensão, conforme o impacto visual que produz na população e no ADV. Por intermédio da lógica que todas as pessoas limitam o seu comportamento perante uma

---

<sup>17</sup> Cfr. Anexo A.

autoridade latente, contudo, ajustam o mesmo de forma mais cuidada junto às FS, pois são a única entidade legitimada a restringir a sua liberdade (Skolnick & Bayley, 2006), chega-se à conclusão de que a melhor intervenção é aquela onde não existe a necessidade de intervir de todo (GNR, 2014a). O objetivo da intervenção sendo atingir a segurança e o controlo e garantindo a legalidade e tranquilidade públicas, caso estes aspetos do ambiente envolvente sejam atingidos antes da necessidade da intervenção da força, a situação é altamente positiva, pois previne-se o empenhamento e risco na atuação dos militares, bem como a repressão e restrição dos direitos dos cidadãos.

No segundo patamar desta hierarquia, está o contacto verbal, utilizado naturalmente, com a presença uniformizada do militar, que constitui uma primeira forma de atuação flexível, através da qual o elemento da GNR pode resolver uma grande maioria das situações policiais que possam surgir. Estabelecendo o contacto verbal permanente não só permite ao elemento das FS garantir o seu lugar na sociedade como um servidor de utilidade geral (Tonry & Morris, 2003), como ainda fundamentar a sua atuação no panorama legal, seja através de advertências, como ainda por meio de ordens legais.

Segue-se o contacto físico, no qual o militar da Guarda dispõe de um conjunto de técnicas de defesa pessoal policial (DPP) a partir das quais pode controlar ou deter o ADV num cenário de confronto direto, procurando sempre, por intermédio da aplicação da mínima força, associado à proibição do excesso de força, restabelecer a segurança e o controlo, através destas mesmas técnicas. O contacto físico engloba uma variedade de ações por parte do militar, não se cingindo a técnicas de afastamento, ou imobilização, como também de condução e a própria algemagem. Dado o aspeto deste patamar não fazer uso de qualquer arma, é fulcral que o militar possua uma boa preparação técnica, física e psicológica, por forma a aplicar técnicas que são mais exigentes mesmo pelo facto de serem efetuadas de mãos livres.

Estando o militar exposto a uma situação onde o ADV passe de uma postura de resistência para uma agressiva, devem ser empregues as armas intermédias. Existe aqui uma zona ambígua no que concerne à resposta adequada a ADV agressivos, entre armas intermédias e bastões, sendo muitas vezes difícil definir exatamente o patamar a utilizar. Entenda-se por armas intermédias o sistema de projeção de gás pimenta<sup>18</sup> ou dispositivos elétricos, como o Taser<sup>19</sup>. Deve ser referido que, de acordo com o E1, E3 e E6, no grupo de

---

<sup>18</sup> Spray OC (Oleoresin Capsicum), sendo os mais comuns o ASI 2000, dispersor de líquido direcionado, e o Street Defender, um dispersor de gás menos direcionado, de atuação em nuvem.

<sup>19</sup> Produzido pelo fabricante americano Taser, o modelo X26 é o mais prolífico das armas elétricas.

entrevistas A, o Taser devia ser estendido aos militares do 1º NEOp, pois não existe no mesmo ainda, apenas havendo, também parca, distribuição de gás pimenta.

As armas intermédias possibilitam ao militar uma intervenção mais ostensiva, mais fortificada, com melhores hipóteses de garantir a imobilização ou neutralização de um ADV agressivo que constitua uma ameaça à integridade do militar ou de terceiros, sem ter que efetuar uma proximidade que se considere arriscada, numa determinada situação, e também sem ter de utilizar ferramentas potencialmente letais, por forma a fazer o UF de um modo legítimo, eficaz, seguro e que não cause danos, ou que tenha uma menor probabilidade de causar danos graves ou permanentes ao ADV. Resumindo, a existência do patamar das armas intermédias representa necessidade dos elementos das FS atuarem em situações de confronto físico com ADV que não carecem do uso de força potencialmente letal (arma de fogo) mas que ao mesmo tempo necessitam de uma atuação que privilegie a segurança do militar enquanto visa a neutralização do ADV. Desta forma, é necessário que as FS criem condições de formação e forneçam o equipamento necessário aos seus elementos, por forma a reduzir o potencial uso indevido da arma de fogo. (McEwen, 1997). As condições de formação e treino, são, conforme referem os inquiridos no grupo de entrevistas A, vitais ao bom desempenho nas funções dos militares, particularmente no UF e tiro.

No patamar seguinte, estão presentes os bastões policiais, que são de dois tipos principais utilizados pela GNR, o bastão metálico extensível<sup>20</sup>, e o bastão de borracha, mais vulgarmente designado de bastão de 70cm. O primeiro tem uma função de deter e neutralizar a ameaça apresentada pelo ADV, enquanto o bastão de borracha tem a função de fazer dispersar grupos de pessoas desordeiras (GNR, 2010b). O bastão não só constitui uma das armas mais versáteis à disposição do militar, sendo útil para técnicas de impacto, controlo e condução (GNR, 2014a), como é também uma das que causa maior impacto visual na população, bem como no próprio corpo do ADV, sendo o seu uso inadequado frequentemente associado ao excesso de força por parte das FS (GNR, 2014a).

No último patamar do UF, a *ultima ratio*, e objeto de estudo deste TIA, temos o uso da arma de fogo. A presente circular não acresce muita informação no que concerne esta questão, na medida que reforça o cumprimento escrupuloso das normas previstas no DL n.º 457/99, previamente analisado, e volta a explicitar a natureza lesiva e extrema da arma de fogo, com o militar da Guarda a encontrar-se legitimado a fazer uso da mesma quando deparado com um ADV armado com uma arma potencialmente letal e a apresentar-se,

---

<sup>20</sup> Conforme definido pela alínea an), do n.º 1 do artigo 2º da Lei das Armas.

também, como uma ameaça potencialmente letal. É proibido utilizar a arma de fogo como arma de impacto, entenda-se, aplicar técnicas de impacto com o punho da arma, ou com o cano ou corredeia. É ainda proibida a utilização simultânea de duas armas por parte do militar. Esta utilização simultânea vai depender de responsabilidade disciplinar, caso efetuada. Deve-se primar pela atuação em diferentes patamares do UF, contudo, por militares, nunca um só militar ter duas armas, uma em cada mão, ou de qualquer outra forma.

Este reforço dos princípios de atuação que se observa ao longo dos diplomas, internos ou externos à GNR vê o seu propósito no regulamentar do emprego da arma de fogo na maior extensão possível da Lei, pois, o emprego de força potencialmente letal é fortemente influenciado por perspectivas e filosofias organizacionais, que têm como dever preservar a integridade e legitimidade da atuação das FS, através de medidas, políticas e da tarefa de colmatar a imposição de expectativas por parte da opinião pública (Fyfe, 1988).

Com a intenção de oferecer uma linha de orientação mais concisa e focada na temática em questão, pela sua sensibilidade e natureza extrema, foi emitida a Circular n.º 4/2012, de 3 de setembro, que regula exclusivamente o uso de armas de fogo em ação policial.

É aqui feita uma transposição detalhada do DL n.º 457/99, sendo pormenorizado o artigo 3º deste mesmo DL, com atenção dada aos seus primeiros dois números, os mais relevantes do diploma, pois regulam quando e como o elemento das FS pode fazer uso da sua arma de fogo, e particularmente, contra pessoas. Apesar de constituir o último patamar do UF, a medida mais extrema no que concerne à coerção física que o militar pode exercer, de forma legítima, sobre o ADV, a utilização da arma de fogo não se deve encontrar isenta da obrigação de ser aplicada com a noção da proibição do excesso. Deve, portanto, ser apenas empregue em situações de absoluta necessidade, como uma medida extrema e apenas quando todos os outros meios se mostrem incapazes e inadequados para fazer cessar a ameaça (GNR, 2012). Todo o militar que se veja obrigado a fazer uso da arma de fogo deve então “esforçar-se por reduzir ao mínimo as lesões e danos resultantes dessa utilização e respeitar e preservar a vida humana e a integridade física” (GNR, 2012, p. 3). Esta afirmação, contudo, depende de alguma reflexão, pois existem situações, da realidade operacional onde o foco tem de ser de neutralizar o ADV da forma mais urgente e eficiente possível, entenda-se uma situação de atirador ativo ou tomada de reféns com uso de arma de fogo, na iminência de ser usada. Nestes casos, seria meritório o debate acerca de situações onde se preveria o uso da arma de fogo em zonas do corpo nas quais a neutralização será a mais rápida e eficaz, as chamadas mais letais, devendo sempre primar pelo cuidado neste debate, sob risco de pisar os princípios previamente referidos.

A utilização da arma de fogo é, então, uma ferramenta coerciva com o propósito de restabelecer a ordem e tranquilidade públicas, através da segurança e controlo da ocorrência, por parte do militar da Guarda, que apenas se pode concretizar obedecendo aos preceitos do n.º 1 do artigo 3º do DL n.º 457/99, se for contra pessoas, terá que obedecer ao presente no n.º 2 e apenas quando não seja provável que terceiros sejam atingidos pelo disparo (GNR, 2012). O militar deve primar por excesso de cautela, e tomar precauções adicionais, pois uma situação de uso de arma de fogo contra coisas pode rapidamente tornar-se numa situação contra pessoas, muitas vezes, sem o conhecimento prévio do militar. Entenda-se, num exemplo prático, uma situação de disparo contra uma coisa, uma porta ou parede, e, sem conhecimento do militar, encontra-se uma pessoa por detrás da mesma. Deve haver sempre o cuidado de garantir que mais ninguém sem ser o visado é passível de ser atingido. É dado ainda o exemplo de disparos efetuados contra espaços fechados onde se pressupõe que possam estar pessoas ou ainda viaturas ocupadas, onde devem ser valoradas pelo militar “como situações de utilização de arma de fogo contra pessoas, e assim, sujeitar a legitimidade dessa atuação ao “crivo” da verificação prévia dos pressupostos cumulativos do n.º 2 e do n.º 3, do artigo 3º” (GNR, 2012). Ainda no tema dos disparos a serem efetuados contra viaturas, particularmente viaturas em movimento, ocupadas por ADV suspeitos de crimes graves, a

“utilização efetiva da arma de fogo contra uma viatura em movimento com vista à sua imobilização para detenção dos ocupantes é uma situação policial que justifica especial cuidado, seja pelo perigo que encerra, seja pela frequência com que ocorre, importa referir que a utilização da arma (efetuando tiro) para tal fim – imobilização de veículo perseguido – só poderá ocorrer em excecionais circunstâncias, designadamente, quando do interior do veículo houver reação com tais armas ou se, não havendo cessado o flagrante delito, se torne imprescindível para evitar a ocorrência de mal maior” (GNR, 2012, p. 5).

Tendo em conta a natureza sensível da perseguição policial, há que denotar os aspetos da mesma que potenciam o perigo para o cidadão comum. Envolver fatores como veículos a deslocarem-se a altas velocidades, a efetuar manobras exigentes com disparos de arma de fogo leva rapidamente a situações de perigo exacerbadas pelo militar, que não é o pretendido. O Relatório 011/2010 da EG, aborda justamente a questão de disparos a serem efetuados contra viaturas em perseguição policial, onde é afirmado que “os agentes de autoridade não devem recorrer à arma de fogo para imobilizar viaturas” (GNR, 2010c, p. 18), existindo a exceção, que se entende quando, “salvo se do interior destas houver reação com recurso a tais armas ou se não havendo cessado o flagrante delito, se torne imperioso evitar danos maiores” (GNR, 2010c, p. 3). Estas limitações, apesar da lei, conforme refere o E1 na reposta à questão n.º 5 do grupo de entrevistas A, podem levar a riscos corridos pelo militar.

## **CAPÍTULO 4. O TREINO DE TIRO NA GUARDA E O SEU FUTURO**

Na GNR, a formação constitui-se como base essencial na manutenção do regime operacional e da coesão e nível de qualidade na atuação dos seus militares, por forma a atingir o patamar de FS de excelência, conforme desejado e afirmado no plano da Estratégia 2025, onde está presente que a Guarda tem como objetivo “ser uma Força de Segurança de referência, valorizada interna e externamente, e reconhecida pela excelência dos serviços que presta, baseados numa Guarda moderna e cada vez mais humana, próxima e de confiança” (GNR, 2019, p. 46).

### **4.1 Formação e Treino de Tiro na Guarda**

O processo de formação, definido pela Guarda como sendo o “conjunto de atividades educacionais, pedagógicas, formativas e doutrinárias que visam a aquisição e a promoção de conhecimentos, de competências técnico-profissionais, de atitudes e formas de comportamento, exigidos para o exercício das funções próprias do militar” (GNR, 2008a, p. 1-1), deve ser orientado e especializado em cada uma das diversas áreas e âmbitos de aplicação necessários.

O conceito de formação pode-se dividir em dois abrangentes conceitos subjacentes ao primeiro, o de formação inicial, entendido como aquela que se destina “a assegurar a preparação militar e os conhecimentos técnico-profissionais para ingresso na Guarda ou para o exercício de funções em categoria superior” (MAI, 2017, p. 24), e como formação contínua, ou formação de aperfeiçoamento e atualização, definida como “toda a formação ministrada na unidade, estabelecimento e órgão de colocação cuja finalidade seja manter ou aumentar os níveis de proficiência individuais ou coletivos” (MAI, 2017, p. 24). Para os efeitos deste trabalho, o foco prende-se com a formação contínua.

No seio da formação contínua da GNR, no que concerne ao tiro, existe um documento que rege os todos aspetos do mesmo, aprovadas no ano 2008, as Normas de Tiro da GNR (NTGNR), regulando o tiro executado na Guarda, através de três regulamentos presentes dentro das mesmas, que são o Regulamento de Tiro de Instrução (RTI), o Regulamento de Tiro de Manutenção (RTM) e o Regulamento do Tiro Desportivo (RTD), este último não tendo relevância para o objeto de estudo no presente trabalho, não sendo alvo de análise.



## **4.2 Tipos de Tiro existentes na Guarda**

Os dois tipos de tiro, bem como as regulações aos inerentes mesmos que interessam à investigação em questão são o tiro de instrução, que é “todo o tiro realizado no âmbito de cursos de formação, promoção ou especialização” (GNR, 2008b, p. 4), e o tiro de manutenção, que se entende por “todo o tiro realizado por militares prontos ao serviço (...) tendo por base a manutenção e melhoria dos ensinamentos já adquiridos” (GNR, 2008b, p. 4), sendo este segundo o mais relevante dos dois principais tipos de tiro formativo neste trabalho, pois é aquele que, após os períodos formativos, entre longos intervalos de instrução ministrada aos militares, se encontra com a base de relembrar técnicas, conceitos e experiências físicas essenciais à manutenção da capacidade eficaz de um tiro correto.

Como órgãos responsáveis pela formação e execução na área do tiro na GNR existem diversos agentes, a serem assinalados como elementos de acrescida relevância existe Comando de Administração e Recursos Internos (CARI), que tem como responsabilidades elaborar o Plano Anual de aquisição de munições e alvos, adquirir e distribuir pelo dispositivo essas mesmas munições, armas, alvos e diversos equipamentos relacionados com a prática do tiro, bem como propor as verbas necessárias para a aquisição destes matérias, funcionando como o órgão responsável pelo comprometimento com o escalão de investir na temática da formação do tiro (GNR, 2008b).

Temos ainda o Comando de Doutrina e Formação (CDF), que efetua o planeamento e o estudo generalizado das temáticas do âmbito do tiro, bem como determina que tiro de manutenção deve ser efetuado, anualmente, pelas Unidades da GNR. Está ainda encarregue de elaborar o Relatório Anual de Tiro (RAT), a partir das informações recebidas das Unidades (GNR, 2008b).

Hierarquicamente abaixo, os Comandantes de Unidade encarregam-se de se fazer cumprir as normas e diretrizes dos órgãos superiores anteriormente determinados, dentro do seu CTer, garantido ainda as condições para que se consiga cumprir o mesmo, com necessidades a nível orçamental e das condições necessárias à execução do tiro, seja em termos logísticos, seja em termos da formação necessária a diversos militares pelo Comando Territorial (CTer) (GNR, 2008b).

Num nível mais operacional, mais relevante também para esta investigação, temos o papel do Oficial de Tiro do CTer e o Oficial de Tiro da Escola da Guarda (EG) que por forma a ocuparem esta posição, têm de estar habilitados com o Curso de Instrutor de Tiro, previsto no artigo 18º das NTGNR, tal como o Sargento de Tiro, por forma a desempenharem as

funções inerentes ao seu cargo. Estas funções prendem-se com a responsabilidade de “planear coordenar, supervisionar, dirigir e ministrar a instrução do tiro da Unidade” (GNR, 2008b, p. 9), a elaboração dos documentos relativos à prática do tiro na Unidade, informar o Comandante do CTer do estado do treino de tiro na Unidade, bem como, e assinalavelmente, “apresentar propostas que achar convenientes para a melhoria da instrução” (GNR, 2008b, p. 9). Estas tarefas são inerentes ao Oficial de Tiro de cada uma das Unidades, contudo, o Oficial de Tiro da EG encontra-se numa posição onde estas responsabilidades são acrescidas devido aos deveres contínuos nas formações de diversos militares, dos mais variados cursos, ministrados na EG.

#### **4.2.1 Armamento utilizado no Tiro da Guarda**

Dentro da GNR, a prática de tiro efetua-se pela grande maioria das Unidades, com frequências, métodos e armamento diferentes, dependendo das funções atribuídas a cada uma das Unidades. Nesta investigação, contudo, com foco no 1º NEOp, devem ser listadas as armas de fogo presentes nas unidades deste escalão, com as quais os militares do dispositivo da Guarda fazem a sua prática de tiro.

A arma principal individual, presente no cinturão policial de todos os militares do dispositivo em ação policial ativa, é a pistola Glock 19<sup>21</sup>, de calibre 9x19mm<sup>22</sup>, com a qual os militares realizam a grande maioria das tabelas de tiro, e efetuam o seu serviço policial.

Esta é a arma de fogo imediata ao dispor do militar para lidar com situações potencialmente letais, sendo também a arma de serviço com a qual se regista a maioria das situações de uso de arma de fogo, apesar de não ser a única arma de fogo ao dispor do militar, aquando do seu serviço, naturalmente, dependendo do mesmo.

Outras armas de fogo também utilizadas pela GNR, numa ótica generalizada, que possam vir a ser utilizadas pelo militar do 1º NEOp, e se inserem nos treinos de tiro, incluem a Espingarda Automática HK G3, e a espingarda caçadeira FABARM SDASS *COMPACT* Calibre 12, e, em algumas situações, particularmente no âmbito dos Destacamentos de Intervenção (DI), ou seja, 2º NEOp, a pistola-metralhadora MP5 A4<sup>23</sup> (GNR, 2021).

De ressaltar, como previsto no artigo 19º das NTGNR, que as Unidades que utilizem armas especiais, ou diferenciadas, como se observa, por exemplo, na Unidade de Intervenção,

---

<sup>21</sup> Cfr. Anexo B.

<sup>22</sup> Também referida como pistola *Glock 19 Compact* Calibre 9mm, a palavra *Compact* pode-se deixar de parte, pois a designação 19 indica o modelo compacto na linha de modelos de pistolas da *Glock*.

<sup>23</sup> Cfr. Anexo E.

que não estejam presentes nas NTGNR, devem, na mesma, organizar e realizar o tiro de manutenção obrigatoriamente (GNR, 2008b).

#### **4.2.2 Tiro de Manutenção**

O tiro de manutenção, segundo as NTGNR, “tem como objetivo proporcionar a todos os militares da GNR a manutenção das técnicas de tiro já instrução, o seu permanente aperfeiçoamento e a melhora da destreza necessária na correta execução do tiro” (GNR, 2008b, p. 27).

Para além do ato de efetuar tiro, dentro dos programas da formação de tiro de manutenção existem segmentos formativos que se preocupam em transmitir conhecimentos no que toca à montagem e desmontagem das armas, bem como do enquadramento legal do seu uso, ainda como todos os aspetos teóricos e práticos do tiro fora do momento do disparo, como a manutenção da normal funcionalidade da arma de fogo, bem como resolução de falhas de disparo, entre outros aspetos (GNR, 2008b).

O mesmo é “de caráter absolutamente obrigatório para todos os Oficiais, Sargentos e Guardas, com as armas existentes no serviço, sendo efetuado em função da colocação e missões atribuídas” (GNR, 2008b, p. 27), e deve ser feito, também conforme anteriormente referido, com as armas com as quais os militares habitualmente fazem o seu serviço, ou que lhe estejam, naquele momento, distribuídas (GNR, 2008b).

É uma prática institucional formativa que tem um caráter de preparação e pretende fornecer aos militares, bem como manter e aumentar, as capacidades necessárias à utilização da arma de fogo, por forma a melhor lidarem com situações de confronto violento ou armado (Morrison & Villa, 1998).

As modalidades do tiro de manutenção, no que concerne às armas, são de pistola, de pistola-metralhadora, espingarda e espingarda-caçadeira, sendo os primeiros três avaliados numa escala de 0 a 20 valores e o de caçadeira numa decisão de Apto ou Inapto (GNR, 2008b).

No que toca às modalidades do tiro de manutenção, o mesmo, de acordo com o anexo A do RTM, é dividido por um conjunto de tabelas, por tipo de arma, sendo que o tiro de pistola é o único a enquadrar mais que uma tabela, como será explicado adiante.

As tabelas de tiro de manutenção apresentam-se como as seguintes:

- Tabela de Pistola (Precisão e Policial)
- Tabela de Pistola – Circuito Dinâmico

- Tabela de Pistola-Metralhadora
- Tabela de Espingarda
- Tabela de Espingarda-Caçadeira

O tiro de pistola, ao ser dividido nestas duas tabelas, requer, naturalmente, dois tipos de avaliação ligeiramente diferentes, ainda que as suas notas finais recaiam no sistema dos 0 a 20 valores.

O tiro de precisão de pistola é efetuado a 15 metros do alvo, para o Alvo de Precisão II (AP II)<sup>24</sup>. É composto por quatro anéis concêntricos, em torno de um círculo negro no centro, onde cada um dos anéis, por ordem do exterior para o interior tem o valor de 1 ponto a 4 pontos, sendo que o círculo negro no centro corresponde aos 5 pontos, pontuação máxima para cada impacto do projétil disparado pelo militar. Existe uma série de ensaio antes das duas séries avaliativas, realizada na posição de atirador de pé, sendo que uma das definitivas é na posição de pé enquanto a segunda tem os disparos serem efetuados a partir da posição de joelhos. São efetuados, no total, 15 disparos, dez dos quais sendo avaliativos, 5 em cada posição. Para o atirador obter aproveitamento nesta sessão, terá que obter 13 pontos correspondente a 10 valores, no mínimo, dos 25 pontos máximos em cada posição, ou 20 valores (GNR, 2008b).

O tiro de pistola, na modalidade policial, engloba novos elementos, como o facto de o disparo ser efetuado por reação a um estímulo (o apito do instrutor), também como a ação de colocar a arma em segurança, inseri-la no coldre e voltar a retirá-la, colocar em fogo e efetuar o disparo. É ainda utilizado um novo alvo, sendo aqui o alvo da Silhueta Policial, podendo ser utilizado a direita (SPD) ou esquerda (SPE)<sup>25</sup>. Estas silhuetas distinguem-se pelo ADV representado empunhar na sua mão direita ou esquerda uma arma de fogo, apontada ao atirador. Existe também esta modalidade uma série de ensaio, na qual se efetuam 2 disparos na posição de pé e 3 na posição de joelhos, enquanto na série avaliativa efetuam-se 5 disparos em cada posição. Por meio desta separação de conjunto de disparos, bem como de posições, é efetuada uma troca de carregadores, na posição de joelhos, sem ser necessária a indicação do instrutor para tal, devendo o militar atirador saber gerir o gasto de munições e efetuar a troca de carregadores de forma individual.

Sendo que no tiro policial, o alvo deixa de ser o AP II e passa a ser a SPD ou SPE, o sistema de contabilização é diferente, sendo considerado então um impacto nas zonas menos

---

<sup>24</sup> Cfr. Anexo C.

<sup>25</sup> Cfr. Anexo D.

letais<sup>26</sup> como uma pontuação de 2 valores, enquanto um disparo nas zonas mais letais ou no vazio, como uma pontuação 0 valores, resultando num resultado mínimo de aproveitamento 5 impactos nas zonas menos letais, e máximo dos 10 impactos nas mesmas zonas (GNR, 2008b). Estas especificidades estão presentes em anexo no RTM.

O tiro de pistola não é efetuado apenas numa posição estática, existindo também a componente dinâmica, onde as sessões de tiro se constituem no circuito dinâmico<sup>27</sup>. Os alvos utilizados são as SPD ou SPE, sendo que este tipo de tiro envolve deslocação, troca de carregadores, distâncias variáveis, e decisão acerca de que ADV representa a ameaça imediata, necessitando de ser neutralizado.

O militar prepara a arma para o serviço<sup>28</sup> na posição inicial, reagindo ao sinal do instrutor para iniciar o circuito, com a sequência de efetuar o primeiro disparo a uma distância de 15 metros para o primeiro alvo, desloca-se até à linha dos 10 metros, onde deve disparar sobre o segundo alvo, pelo lado de um obstáculo que simula uma parede, fazendo a troca de carregadores, idealmente, após este momento, dirigindo-se para a última posição, na linha dos 7 ou 8 metros, onde adota a posição de atirador de joelhos e deve efetuar um disparo, no mínimo, para cada um de dois alvos, dos três apresentados, devendo então analisar rapidamente e identificar os alvos que representam a ameaça, não impactando o alvo que não represente a mesma. No final, deve efetuar as operações de segurança corretamente, ejetando ainda, ou não, uma munição da câmara, terminando assim o percurso.

Este momento exige reflexão, pois, apesar do circuito se denominar de dinâmico, todos os disparos são efetuados em posições estáticas, apenas com movimento entre os mesmos. Existindo a necessidade de dotar os militares com capacidades de efetuar tiro dinâmico, deveria existir uma tabela de tiro onde os mesmos são efetuados em movimento, conforme é inferido pelas respostas dos entrevistados, desde o E1 ao E5, inclusive, no grupo A, na questão n.º 2.

Deve ser notado que é referida munição potencialmente ejetada da câmara, pois o militar inicia o circuito com a arma municiada com 3 munições e 5 munições presentes no carregador colocado no cinturão, devendo para obter a pontuação máxima apenas efetuar um disparo por alvo, impactando as zonas menos letais. Calcula-se então, que o militar poderá ter ou não ter munição na câmara no final do circuito, caso tenha necessitado de efetuar dois

---

<sup>26</sup> Entenda-se por zonas menos letais as demarcadas na SPD ou SPE como os braços, região dos ombros, pernas e pés do ADV, separadas, dentro do corpo do mesmo, por uma linha branca, das zonas mais letais.

<sup>27</sup> Cfr. Anexo F.

<sup>28</sup> A arma preparada para o serviço significa que, após realizadas operações de segurança, possui carregador municiado introduzido, sem munição na câmara, arma em segurança, seguidamente colocada no coldre.

disparos em cada alvo. Um reparo importante é de que o militar deve evitar encontrar-se, em qualquer momento durante o circuito, com a corredeira à retaguarda, devendo efetuar a troca de carregadores no momento mais oportuno antes do facto descrito se suceder.

O militar dispõe de 60 segundos para efetuar o circuito, sendo então um treino de tiro que conjuga as capacidades de rapidez e precisão no tiro, bem como de deslocamento, destreza e raciocínio, ainda que a nível reduzido (GNR, 2008b).

O tiro de pistola-metralhadora é, em tudo, idêntico ao tiro de pistola nas modalidades de precisão e policial, naturalmente excluindo o facto de se colocar a arma no coldre, optando-se por baixar a mesma e colocar em segurança, bem como a distância a que são efetuados os disparos, sendo que os do tiro de precisão são efetuados a 25 metros e os do tiro policial são a 15 metros.

No que concerne ao tiro de espingarda, o mesmo é executado a uma distância de 100 metros, tendo também uma sessão de ensaio, na posição de atirador deitado, com 5 disparos. Também com 5 disparos, cada sessão avaliativa é efetuada em cada uma das três posições, de joelhos, deitado e de pé. O tiro é efetuado com o AP II, sendo que a definição da conversão de pontos para nota em valores é efetuada através do apêndice 2 ao anexo C, presentes no RTM. Este tiro de espingarda é importante na base que os postos territoriais estão dotados de espingardas automáticas HK G3, muitas das vezes não efetuando a prática do mesmo, pode comprometer a atuação em caso de necessidade da mesma.

Por último, o tiro de espingarda-caçadeira constitui-se também num circuito dinâmico, iniciando-se na primeira posição, onde o militar já terá uma munição na câmara e 3 munições no depósito da caçadeira. Ao sinal do instrutor, coloca a arma em fogo, efetua o primeiro disparo ao alvo, que será um alvo branco ou uma caixa de cartão, pela natureza da munição da caçadeira e do seu estrago, na linha dos 25 metros, coloca a arma em segurança, dirige-se para a segunda posição, aos 20 metros e efetua o segundo disparo, repetindo o processo do botão de segurança na arma. Por último, chegando à última posição, nos 15 metros, adota a posição de joelhos, e dispara sobre o terceiro e quarto alvos, evitando acertar no alvo no meio dos dois que simulam os ADV.

O militar terá 45 segundos para efetuar o percurso, incluindo as operações de segurança no final, enquanto deverá satisfazer as condições de aproveitamento de acertar em 3 dos 4 alvos (GNR, 2008b).

A frequência do treino é importante para consolidar de conhecimentos e capacidades. Começando pelo tiro de pistola, está previsto nas NTGNR que o mesmo será efetuado por todos os militares, obrigatoriamente, tendo como critério a função dos mesmos, distinguindo

entre função operacional e não operacional<sup>29</sup>. Relativamente ao tiro de espingarda, de pistola-metralhadora e de caçadeira, deve ser notado que nas NTG NR está previsto apenas que as suas sessões serão efetuadas pelos militares que “desempenhem serviço operacional com este tipo de armamento” (GNR, 2008b, p. 29), excluindo, logo, a obrigatoriedade dos militares que se encontrem em funções não operacionais praticarem este tipo de tiro, pelo tempo que os mesmos ficarem nessas mesmas funções.

**Tabela n.º 1 – Frequência temporal do tiro de manutenção**

| Armas \ Função       | Funções Operacionais                       | Funções Não Operacionais               |
|----------------------|--|--|
| Pistola              | No mínimo, uma sessão <b>quadrimestral</b> | No mínimo, uma sessão <b>semestral</b> |
| Espingarda           | Uma sessão <b>anualmente</b>               | <b>Não previsto</b>                    |
| Pistola-Metralhadora | Uma sessão <b>semestralmente</b>           | <b>Não previsto</b>                    |
| Caçadeira            | Uma sessão <b>anualmente</b>               | <b>Não previsto</b>                    |

Fonte: (Guarda Nacional Republicana, 2008b)

#### 4.2.3 Registo e Aproveitamento

Os resultados das sessões de tiro dos militares ficam registados na Caderneta Individual de Tiro (CITIR) dos mesmos, sendo que, em cada sessão de tiro, o militar deve obter uma classificação igual ou superior a 10 valores, conforme o artigo 12º do RTM, sendo que cada vez que não forem capazes de a obter, deverão ser alvo de formação técnica adicional, que fica à responsabilidade do Oficial e do Sargento de Tiro da Unidade, com o objetivo do militar obter o aproveitamento na respetiva tabela de tiro o mais rápido possível (GNR, 2008b). . Um aspeto meritório de reflexão seria o acesso às CITIR por parte dos Tribunais, no caso de inquérito em recurso à arma de fogo, na análise das capacidades de tiro do atirador, podendo assim tecer-se conclusões judiciais. Os militares que se encontrarem nesta situação ou que, por motivo devidamente justificado, não terem efetuado a tabela de tiro, não estão autorizados a utilizar o tipo de arma ao qual corresponda a tabela de tiro não

<sup>29</sup> Por exemplo, um militar escalado para patrulhas encontra-se em função operacional, enquanto que um militar colocado somente na secretaria no destacamento, tratando de matérias administrativas, encontra-se com funções não operacionais.

efetuado com sucesso até que cumpram com aproveitamento a tabela obrigatória em falta, o que, muitas vezes, sofre o potencial de não se verificar.

Deve ser notado, porém, que, no tiro de pistola e pistola-metralhadora, apenas a última sessão do ano produz os efeitos presentes no artigo 12º do RTM, sendo que no tiro de espingarda e espingarda-caçadeira, a sessão efetuada anualmente produz unicamente a avaliação do militar (GNR, 2008b). Esta avaliação, do tiro de pistola, nos conformes do artigo 15º do RTM, é obtida através dos cálculos da média aritmética das classificações do militar em cada uma das tabelas obrigatórias.

#### **4.2.4 Tiro de Instrução**

Apesar de situações de uso de arma de fogo serem raras, é uma obrigação dos elementos das FS encontrarem-se preparados para responder de forma segura e apropriada (Oudejans, 2008).

Tendo isto em conta, o tiro de instrução deve tomar, de certa forma, um plano secundário no contexto da avaliação do programa de tiro da GNR, visto que nas NTG NR, no seu artigo 1º, o tiro de instrução, tiro designado a constituir parte de uma formação inicial, deve ser regido “conforme regulamento específico de cada curso de formação, promoção ou especialização” (GNR, 2008b, p. 4).

Desta forma, cada curso, dentro do seu detalhe, terá de incorporar os projetos de formação no que concerne à prática de tiro, por forma a dotar os seus elementos formandos das capacidades iniciais necessárias a lidarem com uma situação de emprego da arma de fogo com sucesso.

### **4.3 Treino de Tiro de Simulação**

Dentro das variadas técnicas de formação de tiro existentes, entre o tiro real, nas modalidades de precisão e policial, tiro dinâmico ou estático, existem ainda certas situações que, por razão de custos de aquisição de material, ou de variação de cenários de situações de emprego de arma de fogo, podem ajudar a inserir variedade no programa de treino de tiro das variadas unidades, nomeadamente o treino de tiro de simulação.

#### **4.3.1 Realidade Virtual e Realidade Mista**

Uma ferramenta de formação presente, porém pouco explorada no meio da instituição policial é a Realidade Virtual (RV). A RV consiste no uso de sistemas de gráficos



computacionais, combinados com vários ecrãs e dispositivos interativos por forma a providenciar o efeito de imersão num ambiente 3D, gerado pelo computador (Pan, Cheok, Yang, Zhu & Shi, 2006).

Para além da RV, outro tipo de ferramenta, possivelmente mais versátil e até utilizável de forma prática no contexto da formação militar ou policial, é a Realidade Mista (RM), um conceito que engloba a inserção de elementos reais e cenários virtuais e vice-versa. Este tipo de elementos e paradigmas de aplicação de atividades formativas encontra o seu propósito como um complemento à estrutura mais clássica da formação policial/militar, visto que são caracterizados por uma enorme versatilidade. As ferramentas de RM não só são capazes de fornecer padrões e conteúdos de aprendizagem ricos e flexíveis, como também ajuda o formando a melhorar a sua capacidade de analisar problemas e explorar novos conceitos, ao ser integrado com sistemas imersivos com grandes vantagens apenas limitadas pela imaginação das pessoas responsáveis (Pan et al., 2006).

Estas ferramentas integram o conceito de simulação, definido pelo dicionário Priberam como, “teste ou experiência que pretende reproduzir as condições de evento ou situação real, como forma de treino ou preparação” (Priberam, 2021).

A simulação poderá vir a encontrar o seu lugar nas atividades basilares de treino militar/policial, pois a urgência de potenciar a formação e o treino “a par do desenvolvimento tecnológico e às exigências atuais, acentuam a necessidade de utilização de sistemas que permitam a aquisição de conhecimentos de forma estruturada aos diferentes níveis, baseada num enquadramento tão realista quanto possível” (Gomes, 2016, p. 9). Aliado ao treino de simulação, onde as respostas fisiológicas e psicológicas são passíveis de serem treinadas, a técnica de tiro pode ser auxiliada, em grande parte pelo treino de tiro a seco. O mesmo constitui-se no treino de tiro sem munições, no qual o militar treina a técnica de tiro como se de um disparo real se tratasse, reforçando aspetos técnicos na mesma, como o premir correto do gatilho, o alinhamento das miras e a respiração. Este treino de tiro potencia as capacidades mecânicas e de memória muscular do militar.

#### **4.3.2 Tipos de Simulação**

Como consequência da falta de doutrina no que concerne à prática de simulação de tiro nas FS, o documento doutrinário pelo qual nos vemos obrigados a reger é a Política de Simulação na Instrução do Exército (PSIE). De acordo com a PSIE, a simulação pode ser encarada por várias vertentes, cada uma dependente dos seus equipamentos, nunca devendo,

contudo, ser encarada como substituição do tiro real, ou das experiências dos formandos com os equipamentos ou tiro reais, servindo como complemento da atividade do treino, minimizando os custos e a probabilidade de acidentes (EME, 1999).

A primeira vertente de simulação relevante a ser aqui abordada é a simulação virtual, que consiste no emprego de um equipamento que geram um ambiente e atores virtuais, por meio de computadores, de uma natureza similar ao conceito dos videojogos. O formando interage com elementos virtuais, geralmente por meio de ecrã, onde é estimulada “a coordenação motora, a tomada de decisão e a aquisição de aptidões em diversas áreas” (Gomes, 2016, p. 11).

A segunda vertente é aquela da simulação real, ou de emprego tático, na qual são utilizados os equipamentos reais, apenas sendo utilizados equipamentos de simulação por forma a simular os efeitos das armas. Funciona numa medida de misturar a interação real com peças funcionais de equipamento ou armamento, simulando os seus efeitos a partir de sistemas montados ou integrados nos reais (Gomes, 2016).

Traduzindo estes conceitos em atividades práticas, a simulação virtual pode ser envolvida na simulação de tiro por forma a apresentar aos formandos situações de estudo, casos onde as capacidades de análise e decisão acerca do emprego da arma de fogo serão avaliadas. Por representar uma simulação mais afastada da realidade, não consegue apresentar o mesmo nível de interação e empenhamento de militares e equipamento da simulação real. Este segundo tipo de simulação, de empenhamento tático, apresenta a possibilidade de integrar os militares, pessoal real, com equipamento também utilizado no serviço, em situações novas, variáveis, onde se consegue testar e melhorar as capacidades dos formandos de trabalhar ativamente com as ferramentas, sejam materiais ou doutrinárias, como por exemplo o sistema SITPUL<sup>30</sup>, ou Simunition<sup>31</sup>. O carácter real destas simulações oferece outras hipóteses formativas, como explorar dinâmicas de interação, não só entre pessoal real, como também entre o militar e o equipamento utilizado no serviço.

### **4.3.3 Dispositivos de Simulação**

As vertentes da simulação passam de conceitos a prática por meio dos seus dispositivos. Existindo uma grande variedade de dispositivos e plataformas de simulação de

---

<sup>30</sup> Sistema utilizado pelo Exército, onde os militares utilizam aparelhos nas armas que emitem feixes laser ao premir do gatilho, juntamente com um arnês onde estão acoplados recetores que acusam, com sinais sonoros, quando atingidos pelos lasers emitidos pelas armas dos militares.

<sup>31</sup> Sistema de munições não-letais, disparadas pelas armas reais, com projéteis de tinta, que deixam uma marca onde atingem, permitindo estudar a precisão dos disparos em situações simuladas entre pessoal real.

treino de tiro, naturalmente que os mesmos se encontram em países onde as FS possuem maior financiamento, por razão de pessoal e de população, como o exemplo dos Estados Unidos da América.

#### **4.3.4 VirTra V-300 LE**

Um dos dispositivos mais prolíficos e assinaláveis é o sistema VirTra V-300 LE<sup>32</sup>, um sistema que permite um treino de utilização da arma de fogo altamente versátil e completo, permitindo colocar à prova as capacidades de decisão, diálogo, gestão de ADV e da situação em si, bem como de um uso legítimo e eficaz da arma de fogo. Testa não só as capacidades táticas do militar, como também a sua destreza e pontaria com a sua arma de serviço (Pereira, 2014).

É constituído por 5 projetores e um ecrã para cada um dos mesmos, criando uma plataforma de 300 graus em redor do instruendo, na qual é projetada o cenário com a situação desejada pelo instrutor<sup>33</sup>. O mesmo é responsável pela condução do cenário, podendo ajustar o comportamento dos ADV simulados consoante a atuação do instruendo. O sistema possui um kit *drop-in* de recuo que se coloca na arma, transformando-a numa arma de ar comprimido durante o tempo de simulação, permitindo assim a utilização de várias armas (VirTra, 2021a). É integrado ainda um dispositivo de choques elétricos que se coloca na cintura do instruendo por forma a simular um disparo sofrido, caso o mesmo não tenha respondido rapidamente e adequadamente o suficiente à situação que se apresenta à sua frente (Pereira, 2014). A empresa determina que este dispositivo de simulação fomenta a capacidade de comunicação, possui 85 opções situacionais para cada cenário, ajuda a diminuir o tempo de reação do instruendo, induz respostas psicológicas a quem utiliza e funciona com várias opções não-letais (armas intermédias) (VirTra, 2021b). De realçar que existe ainda uma versão de 180°, que, minimizando as opções, versatilidade e realismo do treino de simulação, poderá ter custos mais reduzidos.

#### **4.3.5 Simunition**

Fora do reino das ferramentas de apoio digital, existem opções físicas que dão a hipótese de desenvolver atividades de formação reais, sem custos acrescidos da aquisição de plataformas de projeção, ou outros equipamentos custosos.

---

<sup>32</sup> Designação 300 pela capacidade de projeção visual de 300° em torno do formando, e LE de Law Enforcement.

<sup>33</sup> Cfr. Anexo G.

Uma das opções é a Simunition, já referida anteriormente, e já utilizada na Guarda, restrita ao treino na Unidade de Intervenção, ao invés das unidades de 1º NEOp, o foco do presente estudo, que, no seu produto *FX System*, consiste nos cartuchos, que contêm um projétil de tinta envolvido numa película de plástico, que, ao impactar, deixa uma marca colorida no alvo atingido (Gomes, 2016), no kit de conversão<sup>34</sup>, que se insere na arma de serviço, por forma a evitar o carregamento da mesma com munição real por acidente em cenário de teste com Simunition, bem como para garantir o normal funcionamento da arma de serviço (Simunition, 2021), e, por último, o equipamento de proteção, pois, apesar das munições serem de tinta, o impacto das mesmas sem a adequada proteção pode levar a lesões, atingindo zonas mais sensíveis do corpo. Este sistema potencia o treino real, com simulações vívidas de situações reais, onde as sensações dos instruídos se assemelham ao máximo da realidade. Uma aprendizagem feita em situações cujos alvos são humanos, com todos os aspetos comportamentais associados, permite uma abordagem diferenciada a situações de elevada perigosidade, onde a arma de fogo é empregue com consequências reais, sendo observável o efeito das munições disparadas, sobre um corpo humano. A coloração de cada conjunto de munições ajuda, ainda, em contexto formativo, a ligar a origem dos disparos, pelas várias cores atribuídas a cada instruído, bem como a precisão dos mesmos (Gomes, 2016).

#### **4.4 Stress Fisiológico e Psicológico no Disparo**

A atividade policial é uma caracterizada por elevados índices de stress e riscos de natureza ambiental, psicossociais e de saúde (Baldwin, et. al. 2019). Pela consequência de acarretar estes riscos, os militares da Guarda, bem como os restantes elementos das FS, necessitam da preparação adequada por forma a fazer frente às fontes destes riscos. Esta preparação que entra em destaque no que concerne ao treino de tiro, pois o momento do disparo real é um de stress acrescido, onde a adrenalina toma controlo do corpo e entorpece as sensações, fazendo assim do treino mecanizado ainda mais importante.

Conforme afirmam Morrison e Villa (1998), na generalidade dos casos, em situações de baixo nível de ansiedade e stress, os elementos das FS observam um melhor desempenho, mais consistente e ao nível de execução e pontaria esperadas, ao contrário do observado em situações de elevado stress, onde a sua prestação técnica diminui de mais de 90% para níveis abaixo dos 50% de precisão nos disparos, de acordo com relatórios anuais da polícia dos

---

<sup>34</sup> Cfr. Anexo H.

EUA. Esta disparidade na prestação dos policiais quando enfrentados com o perigo e stress da realidade de uma intervenção com UF traduz-se também no âmbito da formação e treino, pois é também observável uma queda de prestação no tiro quando o mesmo é realizado em exercícios onde os ADV simulados efetuam disparos com munições do tipo Simunition (Nieuwenhuys & Oudejans, 2011).

Estas discrepâncias são resultado dos comportamentos do corpo humano quando posto à prova, numa situação de confronto violento, onde as respostas naturais e instintivas tomam prioridade na procura da sobrevivência, a chamada resposta “*fight-or-flight*”. Esta resposta deve-se à descarga hormonal por parte do sistema nervoso simpático (SNS), que toma prioridade sobre o parassimpático (SNP), ambos componentes do sistema nervoso autónomo (SNA), que regula funções inconscientes e involuntárias do corpo (Baldwin et al., 2019). Aquando da ativação deste componente do nosso sistema nervoso, são descarregadas, para a corrente sanguínea, catecolaminas, como a epinefrina, ou adrenalina, tal como cortisol, o que vai estimular ácidos gordos no corpo para o aumento do açúcar no sangue e tensão arterial, para preparar o corpo para o esforço físico que se avizinha (Baldwin et al., 2019). Neste momento, estas descargas provocam um aumento na frequência respiratória, batimento cardíaco, e tensão arterial, o que direciona a maior parte do oxigénio para o cérebro, coração e grandes massas musculares, por forma a fomentar reações simples, de combate ou fuga (Tsigos & Chrousos, 2002). Estas reações inconscientes vão levar a um estado de maior resistência, força física e atenção, contudo, podem levar ainda a um estado de má adaptação ao stress, onde se podem verificar consequências como erros na execução de tarefas que requeiram capacidade técnica por parte do elemento policial, funções cognitivas, como perceção ou atenção redobrada, capacidade de tomada de decisão ou ainda a sua precisão, como o exemplo de efetuar disparos contra um determinado ADV (Driskell & Salas, 1996).

Tudo isto tem como consequência uma latente quebra na capacidade de prestação eficaz do OPC efetuar disparos com precisão e em concordância com a Lei, em situação real de UF, por meio do estreitamento de perceção (efeito-túnel), o que pode omitir certos elementos visuais relevantes, como um ADV largar a sua arma de fogo (Vickers, 2007), exclusão auditiva e carência de capacidades motoras de precisão, como manusear uma arma de fogo (Staal, 2004), em detrimento das já abordadas grandes massas musculares.

O treino de simulação de tiro desempenha um papel importante neste aspeto, sendo a ferramenta de auxílio à busca do realismo (Sandes, 2013), enquanto mantém a consciência de custos, permite um forte e constante controlo e feedback do instrutor e se reveste de uma versatilidade largamente superior à do treino de tiro tradicional, em alvos de papel.

## **CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

### **5.1 Análise de Conteúdo a Entrevistas**

Por forma a observar a informação obtida por meio das entrevistas realizadas, é necessário existir uma análise de conteúdo das mesmas, sendo, de seguida, efetuada às entrevistas realizadas aos Oficiais de Tiro bem como ao Inspetor da IGAI, abordando as temáticas dos meios e métodos de treino de tiro na Guarda, assim como o enquadramento jurídico e o futuro do treino de tiro por simulação.

#### **5.1.1 Grupo de Entrevistas A**

Na questão n.º 1<sup>35</sup> é observável um consenso entre os inquiridos na opinião de que a frequência do treino de tiro, segundo as NTGNR, não é adequada à realidade do serviço da GNR. Tem a sua causa na falta de recursos, quer humanos, quer financeiros ou logísticos, que afetam as unidades no cumprimento das NTGNR, por vezes, não o conseguindo fazer.

Na segunda questão as respostas apontam para a necessidade de mais frequência e maior dinamismo no treino do tiro, com movimento, situações aproximadas à realidade, como tiro com várias armas na mesma tabela, onde se possa incluir elementos de surpresa e adaptação, como um camarada ferido, ou movimento mais avançado e posições inconventionais, por forma a incutir stress e realismo. No que toca à questão n.º 3, a grande maioria dos inquiridos concordam que o tiro é uma das áreas de formação prioritárias, tendo foco é o de aumentar a confiança e o à-vontade do militar com a arma de fogo, assim auxiliando uma reação mais confiante e ponderada evitando excesso de UF.

As respostas à questão n.º 4 são repartidas, revelando-se, novamente, as componentes da falta de frequência, dinamismo e realismo nas tabelas de tiro, bem como a falta de recursos e o seu impacto negativo na prática do tiro. A questão n.º 5, mostra um consenso geral de que o ordenamento jurídico nesta temática se encontra adequado e atual. Isto, contudo, não sem as suas lacunas, como apontado pelo E1, as restrições à atuação do OPC podem representar perigo para o mesmo, ou como a falta de legislação no que concerne às armas elétricas tipo *Taser*.

---

<sup>35</sup> Cfr. Apêndice C.

A partir da questão n.º 6 retirou-se que a ideia geral dos inquiridos é muito positiva na medida em que conhecem as componentes importantes do treino por simulação, seja a capacidade pedagógica progressiva, bem como de testar os reflexos e reações do militar, bem como o aproximar da realidade em contexto de formação, é conhecimento atual dos oficiais de tiro inquiridos. Seguidamente, na questão n.º 7, o consenso dos inquiridos é que a mesma é possível, devendo até ser encorajada, sendo também a sua implementação uma parte importante do futuro na instituição. Deve ser notado o cuidado a ter na sua implementação, procurando sempre que o mesmo funcione como um acrescento à formação, um complemento, nunca procurando substituir a prática do tiro real, pois existem uma série de fatores no tiro real não replicáveis no simulado, e vice-versa. A próxima questão n.º 8 versa respostas em redor de duas temáticas, a questão logística do treino de simulação e a questão formativa. Enquanto é defendido pelos E1, E2 que o treino deve ser implementado num cenário inicial de formação, como parte do tiro de instrução, numa fase adaptativa, os restantes inquiridos abordam o cenário logístico, da implementação de salas de tiro simulado, em cada um dos CTer, por forma a existir flexibilidade, bem como o recurso a materiais como Simunition. Na questão n.º 9 observa-se um consenso no benefício que as armas intermédias podem oferecer à ação policial do dispositivo, contudo, deve-se procurar uma maior disseminação das mesmas, pelo serviço territorial e restantes elementos dos 1º e 2º NEOp, bem como na formação destas armas.

Por fim, na questão n.º 10 retira-se uma divisão de opiniões que pode originar-se pela falta de disseminação das próprias armas intermédias, ou pelo reduzido contacto da generalidade dos militares, de todas as categorias, com as mesmas. Enquanto certos inquiridos respondem que o treino é adequado, apesar de carecer acompanhamento do militar e dotação adequada pela Guarda, outros determinam que o mesmo se encontra inadequado, pela falta do mesmo, bem como contacto dos militares com armas intermédias.

### **5.1.2 Grupo de Entrevistas B**

Por forma a garantir uma perspetiva bipartida, à semelhança deste trabalho, procurou-se, com a entrevista B, obter uma perspetiva orientada à parte legal do objeto de estudo, com o foco no aspeto jurídico, bem como da fiscalização e análise do tema do uso da arma de fogo, do ponto de vista da IGAI, órgão responsável pela fiscalização da atuação das FS.

Na primeira questão<sup>36</sup>, o E8 afirma que os diversos diplomas do ordenamento jurídico que regula o uso da arma de fogo pelos OPC têm, exaustivamente, os princípios da necessidade e proporcionalidade como faróis a respeitar sempre na atuação com UF, bem como todas as circunstâncias a observar num uso legítimo da arma de serviço. Desta forma, deve-se pensar na hipótese de se ponderar se a atuação policial, no âmbito da arma de fogo, é que se encontra enquadrada com aquele que é o altamente restritivo ordenamento jurídico nacional. Seguidamente, o E8 afirma que o DL n.º 457/99 caracteriza-se por ser um diploma especificamente enquadrado no âmbito jurídico-constitucional de forma essencial e reduzida, na medida que que não proporia qualquer alteração. Contudo, existem evoluções naturais que se podiam verificar, nomeadamente no que concerne ao possivelmente alargar para contemplar armas intermédias, como as armas elétricas ou as lançadoras de gás. Outra situação ainda poderá ser a hipótese de manter a regulamentação das armas municiadas de projéteis “não-letais” fora deste diploma e cingir à regulamentação interna das FS, devido à variação de dano potencial destas munições, conforme a sua utilização.

Ao abordar a questão n.º 3, é afirmado que a perceção da IGAI é de que o questionado se verifica, na maioria das situações, em casos indevidamente identificados como legítima defesa, mais concretamente, situações nas quais a agressão já foi consumada e terminada ou ainda hipotética, o elemento da FS dispara sobre o agressor. Um bom exemplo sendo o de uma tentativa de atropelamento de elementos da FS e subsequentes disparos sobre o condutor em fuga. Não estando a ser negada a tentativa de atropelamento, nem a sua ilicitude, existe sim, por vezes um errado entendimento de atualidade na agressão. Se o condutor desobedeceu à ordem de paragem, e passou, mesmo que com tentativa de atropelamento, a agressão encontra-se terminada e o suspeito em fuga, o que não configura um cenário aceitável de legítima defesa. Na questão n.º 4, infere-se que, na certeza da utilidade do uso da arma de fogo como ferramenta para salvar vidas, tem de se ter noção que o mesmo é capaz de resultar na morte. Assim, o agente de autoridade tem de dominar a arma de fogo na perfeição, sendo para isso fundamentais a formação inicial, o treino e a prática de tiro. É assinalada a preocupação acerca do Referencial de Formação do Curso de Guardas – Armas da GNR, onde estão reservadas 50 horas de formação, de um total de 1125 horas de formação, para armamento e tiro, o que se mostra ser insuficiente. Acrescendo a isto, a periodicidade do treino de tiro após a formação inicial é demasiado alargada. Na perspetiva da IGAI, o ideal seria a existência de carreiras, campos ou linhas de tiro onde os elementos das FS pudessem

---

<sup>36</sup> Cfr. Apêndice D.



treinar e cumprir mínimos definidos com as suas armas de defesa pessoal, ao seu tempo e do seu modo de escolha. Não sendo possível, deveriam existir pelo menos 4 a 6 horas de tiro por quadrimestre, conciliando com simuladores de tiro.

Em relação à distribuição de armas intermédias, na quinta questão, o E8 afirma que as chaves para uma utilização apropriada destas armas são o treino e formação adequados, a qualidade do equipamento e o devido enquadramento. Deve-se prevenir que se verifique um aumento em situações de uso de quaisquer armas contra cidadãos por parte das FS, e uma não diminuição no número de usos de arma de fogo, contudo, será evidente, que a disseminação destas armas poderá contribuir para a poupança de algumas vidas.

Na questão n.º 6, é a opinião do E8 que a terminologia “adversário” não é adequada, esse termo deve-se destinar ao ringue, ou estádio, enquanto os elementos das FS deparam-se e fazem uso da força sobre cidadãos. Mesmo que o façam com recurso a arma de fogo, deve ficar claro que é inquestionável a ênfase na proteção da dignidade da pessoa humana, em particular da vida e integridade física. O que pode ter influência disruptiva na atuação policial, será o treino insuficiente e formação deficiente, refletindo-se numa situação onde o elemento se vê obrigado a utilizar força potencialmente letal. Nessa situação, onde se verificam os devidos pressupostos, destaca-se a especial relevância do n.º 2 do artigo 2º do DL n.º 457/99, onde afirma que o agente “deve esforçar-se por reduzir ao mínimo as lesões e danos e respeitar e preservar a vida humana” (MAI, 1999, p. 1). No que toca à questão n.º 7, na introdução do conceito de força letal em determinadas situações concretas ao invés de força potencialmente letal, o E8 afirma que a IGAI não crê que seja socialmente útil.

Por fim, abordando a questão n.º 8 acerca das bodycams, infere-se que não serão solução para todos os problemas, mas permitirão uma visão objetiva das ocorrências, e, potencialmente, tenderão a induzir prudência na atuação e a racionalizar o processo de decisão dos elementos policiais.

## **5.2 Pontos de Concordância e Discordância**

Por meio das respostas às perguntas n.º 1, n.º 2, n.º 3 e n.º 4, no grupo de entrevistas A, amostra inquirida afirma que o tiro na Guarda se encontra a ser efetuado de uma forma parca, algo desajustada e orientada por aspetos que não refletem a realidade num nível que se consegue atingir. A frequência do treino de tiro nas NTGNR é tida como insuficiente, mesmo quando o plasmado nas mesmas é cumprido, contudo, existe o fator adicional de perturbação desta prática, pois nem sempre é possível cumprir o já curto tiro previsto nestas

normas. Isto acontece por falta de recursos, sejam logísticos, financeiros ou humanos, o que leva a um empenhamento constante dos militares nas suas tarefas policiais e administrativas do dia-a-dia, por forma a compensar estas carências, muitas das vezes sendo a formação contínua o primeiro aspeto a ser descorado, e de forma particular, o tiro. Acrescendo, o tiro efetuado nas tabelas, particularmente de manutenção, carece de aspetos de realismo, indução de stress e flexibilidade ao testar a capacidade do militar, que certamente estarão presentes num cenário real. O aspeto de tiro em alvos de papel estáticos tem a devida importância, no tiro de precisão e policial, bem como no dinâmico, contudo, não será ajustado descorar a parte mais complexa e exigente, com todos os fatores de stress e polivalência de uma situação de recurso a arma de fogo real, no âmbito do treino. Além desta formação, o treino regular mostra ser fulcral na manutenção das capacidades de tiro. A partir das repostas às questões n.º 2, n.º 3 e n.º 4, da entrevista do grupo A, foi também possível concluir que existe um conjunto de lacunas na formação de tiro na Guarda, não só presente na falta de frequência de tiro, ou na sua dinâmica menos realista, mas também materializada pelo facto que o somatório destes aspetos pode dirigir o militar para uma posição de falta de confiança e falta de à-vontade com a sua arma de serviço. Este sentimento pode originar situações nas quais o militar não retira o rendimento máximo da sua arma e de si mesmo, bem como poderá evitar usá-la, mesmo em situações onde esteja legitimado e com habilidade e oportunidade para tal.

Posteriormente, retira-se a ilação que existe um bom conhecimento prévio dos inquiridos acerca da prática de tiro de simulação, na medida que responderam com uma noção acertada acerca da definição da prática de tiro de simulação, seja na componente real, ou virtual. Na temática das armas intermédias, as respostas indicam posições diferentes, contudo com alguns pontos em comum e válidos para estudo posterior, primariamente o facto da distribuição das armas intermédias nas forças de 1º NEOp ser escassa, na grande maioria dos casos não só faltando o equipamento e armamento, como também a formação necessária para legitimar o uso dos mesmos. Através das respostas dadas pelos entrevistados da entrevista do grupo A, particularmente da questão n.º 5 e pelo E8, na entrevista do grupo B, foi possível observar que existe um consenso geral acerca do ordenamento jurídico que regula esta temática. Apesar de restritivo, pela gravidade do recurso à arma de fogo, o panorama legal é adequado à realidade, na medida em que as limitações que o mesmo prevê são racionais e estabelecem princípios de atuação plausíveis. De notar que, segundo o E8, o DL n.º 457/99 carece apenas do preenchimento de algumas lacunas, nomeadamente o uso de armas elétricas ou armas lançadoras de gás.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Atingido então o capítulo que funcionará como fecho desta investigação, o presente ponto é um espaço onde as perguntas base deste trabalho, a QC, bem como as respetivas QD, serão respondidas. As respostas para as mesmas vão sustentar-se na análise documental dos diplomas analisados, legais e internos à GNR, presentes na revisão de literatura no enquadramento teórico, bem como nos resultados obtidos no trabalho de campo, materializado nas entrevistas A e B, evidenciadas no capítulo anterior, de apresentação e discussão de resultados.

Por razão do seu papel como perguntas de pilares na construção da resposta à QC, as QD têm a sua resposta primeiro que a QC, por forma a criar uma estrutura lógica e encadeamento coerente nas respostas às questões, e, subsequentemente, no cumprimento dos objetivos da investigação, quer o geral, quer os específicos.

Respondendo à QD1 – “Quais são as limitações legais ao uso de arma de fogo por parte do militar da GNR na atuação policial?” deve-se retirar que estas limitações observam um conjunto de origens diverso, na medida em que são vários os diplomas legais que concernem à atuação das FS, como instrumento dotado da prerrogativa do UF por parte do Estado de Direito, sejam estes diplomas internacionais de caráter mais abrangente, como é caso do resultado do Oitavo Congresso da ONU para a Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, os PBUFAFFRAL, ou diplomas legais de âmbito nacional, como é o caso do CDSP, resultado da Resolução de Conselho de Ministros n.º 37/2002.

Em súmula, a partir da análise efetuada aos diplomas, bem como da compreensiva entrevista realizada ao E8, deve-se retirar que a limitação legal ao recurso da arma de fogo por parte do militar da GNR é uma que visa, essencialmente a proteger e a obedecer, no seu conjunto universal, ao respeito pelos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e adequabilidade, bem como pelo respeito pelos demais direitos dos cidadãos, obrigando sempre ao militar que se veja numa situação em que tenha de recorrer à arma de fogo, o faça sabendo que é uma medida de absoluto último recurso, pela sua natureza altamente lesiva dos direitos do cidadão, requerendo sempre uma análise assertiva do bem jurídico em causa.

Para além destes diplomas legais abrangentes, o DL n.º 457/99 de 5 de novembro, ganha o seu lugar como o diploma central e fulcral nesta regulamentação, dado que estabelece, mais uma vez, os princípios a respeitar, bem como os pressupostos e requisitos

às situações em particular nas quais o militar da GNR está legitimado a recorrer à arma de serviço, seja contra coisas ou pessoas.

Num sentido de fazer a transposição do meio legal para o meio disciplinar, a GNR possui ainda circulares, documentos internos, como a Circular n.º 4/2012 e a Circular n.º 15/2014 nos quais traduz o representado na Lei, por forma a obter-se assim normas de atuação internas à organização, para além do ordenamento jurídico, onde os princípios de atuação são os mesmos.

Passando então para a resposta à QD2 – “Como se caracteriza o uso da arma de fogo no modelo do uso da força institucional da GNR?” entende-se que o mesmo se encontra enquadrado pelas circulares referidas na QD anterior, primeiramente, num sentido lógico, na Circular n.º 14/2015, onde está constituído o MGUF, como um sistema por patamares, onde a atuação do militar da GNR é enquadrada legalmente e de acordo com as ferramentas ao seu dispor, por forma a utilizar a força sobre o ADV com o objetivo de obter a segurança e controlo, sempre como consequência do comportamento do ADV. Aqui a arma de fogo é exibida como ferramenta de último recurso, presente no último patamar do UF, sendo a mesma reservada a situações de concertada violência ou ameaça grave iminente, tendo como efeito a força potencialmente letal, visto que a morte do ADV nunca pode ser um objetivo da intervenção policial, mas apenas uma consequência não desejada (GNR, 2014a).

A Circular n.º 4/2012 vem ainda especificar o papel da arma de fogo, bem como os deveres do militar que se ver obrigado a fazer uso da mesma. A circular traduz, na sua essência, o exposto no DL n.º 457/99, fortalecendo a arma de fogo como medida extrema de coerção, bem como os deveres especiais do militar, como a obrigação de advertência, o dever de relato, comunicar imediatamente e inserir na base de dados da GNR a situação de recurso à arma de fogo, e o dever de socorro, ao prestar os primeiros socorros e chamar cuidados médicos diferenciados, por forma a, após a ameaça cessar, preservar a vida e integridade física do ADV, no melhor possível (GNR, 2012).

No que concerne à resposta à QD3 – “O que se entende por treino de simulação de tiro?” a partir do trabalho de pesquisa efetuado, bem como a partir das respostas aos entrevistados, foi possível compreender o treino de simulação de tiro de várias formas, sem uma forma taxativa de definição, contudo, com pontos em comum, por todas as fontes, acerca de como este treino deve ser entendido. Conforme refere o E7, o treino de simulação envolve cenários simulados, aproximando-se da realidade o máximo possível, testando o tempo de reação, os reflexos, e a prestação do militar, sendo eficiente em custos e sem perigo do tiro real. Esta definição vai ao encontro daquela afirmada pelo Exército (por falta de definição de

simulação própria da GNR) onde a “simulação é uma representação dinâmica das condições de operação de um sistema real. A simulação usa modelos dinâmicos de ambientes reais e equipamentos para qualificar os recursos humanos na aquisição e prática de tarefas/competências, conhecimentos e atitudes” (EME, 1999, p. 1). A mesma pode ser bipartida em dois tipos principais, sendo a RM e a RV, sendo que cada uma tem as suas vantagens e desvantagens, pois enquanto a RM engloba elementos reais no treino e ganha nos aspetos das sensações e ambiente prático, como é o exemplo do treino com Simunition, a RV é dotada de uma vasta versatilidade, bem como da ausência de perigos no treino, e gastos reduzidos à compra inicial do equipamento, por exemplo, o sistema VirTra V-300 LE.

Por forma a responder à QD4 – “Como se caracteriza o atual conjunto de meios e métodos de treino de tiro na GNR?” é necessário olhar para a questão de forma holística, num sentido em que o conjunto de meios e métodos de treino de tiro na GNR depende de múltiplas variáveis, tal como órgãos e decisões dentro da Guarda.

Pela análise detalhada às NTGNR e pelos resultados das entrevistas, desde o E1 ao E7, todos oficiais de tiro dentro da GNR, de experiência e unidades variadas, foi possível tecer algumas conclusões. Nomeadamente que as NTGNR se caracterizam por terem um programa de treino de tiro de manutenção curto, visto que a frequência com a qual os militares executam as tabelas de tiro e recebem instrução de armamento e tiro é, na opinião dos entrevistados, e do investigador, escassa, não apenas na frequência que é dada, como também pelo número de disparos efetuados e pela própria natureza e tipo de treino. Com sessões de tiro de pistola para os militares que desenvolvem atividades operacionais a decorrerem quadrimestralmente, que se apresenta como o treino de tiro principal, para além do tiro de pistola-metralhadora, espingarda e espingarda caçadeira, que, diga-se, se efetuam com ainda menos frequência, apenas pelos militares que fazem serviço com estas armas, aliados às dificuldades logísticas, financeiras e humanas que a GNR sofre, conclui-se que, muitas das vezes, nem é possível cumprir o curto treino de tiro previsto nas NTGNR.

O treino é ainda prejudicado, como foi possível perceber pelas respostas dos entrevistados supra referidos nas questões n.º 2 e n.º 4, pelas limitações de não transmitir de forma fiel o stress e condicionantes de uma situação de recurso à arma de fogo real, bem como pela falta de dinamismo no mesmo, até nas pistas de tiro dinâmico. Enquanto é importante perceber a importância e o devido propósito formativo do tiro atualmente realizado, fica a faltar um tiro que realce as questões altamente dinâmicas e voláteis de uma situação de recurso a arma de fogo na ação policial. De realçar ainda que o treino por meio de simulação, seja com utilização de ferramentas como Simunition ou sistemas virtuais, é

ainda pouco disseminado na GNR, presente apenas em detalhes particulares de determinados cursos, não existindo como auxílio à instrução de armamento e tiro na generalidade do seio da Guarda.

Finalmente, e já com o apoio das respostas às QD, a resposta à QC – “Estão os meios e métodos de treino de tiro existentes na GNR adequados à realidade atual da atuação policial, obedecendo à legislação em vigor e o modelo institucional do uso força?” pode ser efetuada, contudo, terá de ser abordada de forma seccionada, pois é uma resposta que implica análise e conclusões em diversos temas, estudados ao longo deste TIA.

Primeiramente, os meios e métodos de treino de tiro na GNR são desenvolvidos por forma a estarem devidamente enquadrados com a lei. As sessões de treino de tiro, bem como as instruções teóricas e efetivamente práticas de tiro são orientadas por forma a treinar os militares a recorrerem à arma de fogo dentro dos princípios de atuação previamente escrutinados, sempre com o esforço de usar a mínima força indispensável por forma a pôr termo à ameaça. Assim sendo, os disparos efetuados nas tabelas de manutenção, particularmente nos alvos SPD ou SPE, são efetuados para as denominadas zonas menos letais, sendo os braços e pernas do ADV. Esta obrigação de efetuar os disparos, visando estas zonas, pode suscitar o debate, pois, mesmo em casos completamente enquadrados com a lei, o militar da GNR, cumprindo com os princípios para os quais é obrigado, pode ver-se obrigado também a efetuar fogo visando zonas mais letais do ADV, dependendo da urgência, contexto do perigo ou caráter imediato da sua intervenção. Para além disto, a própria SPD e SPE representam um indivíduo com a arma diretamente apontada ao militar, o que, caso acontecesse numa situação real, seria justificação legal para se efetuar os disparos com a intenção de neutralizar o ADV o mais rápido possível, trazendo à discussão a adequabilidade de se treinar com os disparos exclusivamente orientados às zonas menos letais. Se o mesmo militar se focar completamente e perpetuamente nestas zonas, com o stress induzido pela adrenalina da atuação policial e do presente perigo, pode ainda perder eficácia na sua tarefa de fazer cessar a ameaça com recurso à arma de fogo, podendo colocar em causa a sua vida e integridade física ou de terceiros.

Como tal, é de notar a recomendação de estudos e debates futuros no que concerne à validade de se introduzir treino de tiro com disparos visando as zonas mais letais, contudo, com o devido enquadramento legal e teórico, separando este treino, claramente, das tabelas normais e atuais de tiro. No próximo ponto, é de relevância destacar o MGUF em vigor na GNR, e refletir se, pelas informações recolhidas, o treino de tiro está devidamente enquadrado com este mesmo modelo. Tendo em conta o MGUF, previsto pela Circular n.º

14/2015, a arma de fogo é o patamar do UF mais gravoso, sendo utilizado em último recurso, exigindo assim, tal como também previsto pelos diplomas legais, uma utilização do mesmo exímia e eficiente, dada a natureza altamente lesiva do meio, onde um erro de utilização desta ferramenta pode levar a consequências catastróficas, ainda por mais, sabendo que a sua utilização, caso aconteça na realidade, muito provavelmente vai dar-se numa situação de elevado stress para o atirador. Com esta noção, será uma conclusão lógica que o militar necessita de conhecer intimamente e de forma prática o armamento, em todos os níveis do seu funcionamento, bem como ter confiança ao manusear o mesmo e disparar, caso necessário. Essa confiança do militar na presença e utilização do armamento, tem de se originar na formação e treino, resultando de múltiplas sessões de tiro por ano.

Concluiu-se, pelo estudo realizado, que esta é uma lacuna fulcral na formação do tiro na GNR, por consequência dos aspetos menos bem conseguidos e mantidos no programa de treino previsto nas NTGNR, os militares podem facilmente encontrar-se numa situação de desconforto e falta de confiança, não só no momento do disparo em treino (que apenas será exacerbado numa situação real de UF), como no seu manuseamento, ou até no porte diário da arma. Enquanto a escassez de recursos é uma constante na GNR, sendo que o trabalho da instituição tem de ser desenvolvido num esforço constante por forma a atingir a exigência do serviço com os recursos disponíveis, a formação é uma das áreas onde o impacto se sente de forma mais profunda e, resultado disto, duradoura. O treino de tiro obedece às NTGNR, que só por si acaba por ser pouco, não só de frequência, como na natureza do tiro em si, por forma a dotar os militares das capacidades de recurso eficaz e assertivo à arma de fogo, em ação policial. Este treino espaçado e essencialmente estático cria a oportunidade para se inserirem contextos, nas perceções dos militares, desfasados com aquilo que é uma situação real de UF potencialmente letal, onde o caos e o stress imperam, os disparos exigem movimento simultâneo, bem como uma gestão de espaço, do ADV e do ambiente em redor, bem como do seu armamento e equipamento. Dado que o militar da GNR se vê obrigado a obedecer a criteriosos diplomas legais, nacionais e internacionais, bem como documentos internos à GNR, no que concerne ao recurso à arma de fogo, a sua atuação tem de ser irrepreensível, tendo também em conta a ostensividade da arma de fogo, bem como a responsabilidade criminal e disciplinar a ser observada.

Assim sendo, conclui-se que o treino de tiro atualmente em vigor na GNR não é capaz de dotar os militares com estas capacidades de uma forma completa, pelas diversas razões já listadas, sendo que uma das hipóteses para complementar o treino de tiro, tendo em consciência o custo e disponibilidade dos militares, por forma a dinamizar e aproximar o

treino da realidade, seria o treino por simulação. A forma de inserção deste tipo de treino na GNR é um assunto sobre o qual se pode desenvolver investigações futuras, contudo, a recomendação que fica neste TIA é a da utilização disseminada de Simunition pelo dispositivo da Guarda. A realização de exercícios de treino de situações de recurso a arma de fogo com Simunition aumenta a capacidade de resposta do agente policial em situações posteriores (Murray, 2004). Esta ferramenta consegue ajudar a preencher a lacuna do dinamismo e realismo no treino de tiro, da forma mais aproximada à real, com consciência nos custos, permitindo cenários com infinitas hipóteses de recriação, participação de indivíduos reais, bem como a dotação das sensações reais do stress e adrenalina que assolam o corpo humano numa situação de confronto potencialmente letal. Desta forma, os militares da Guarda ficariam melhor preparados, mais confiantes e mais capazes de fazer face à criminalidade mutável e imprevisível dos dias de hoje, ajudando a levar o nome da GNR aos patamares de polícia de excelência, quer a nível nacional, que internacional. Para além disto, a introdução de uma Política de Simulação na Instrução na GNR seria bem-vinda, como documento e norma orientadora mais útil, atualizada e dinâmica.

A realização deste RCFTIA observou um conjunto de dificuldades e limitações, algumas das quais vale a pena assinalar. O trabalho durante as medidas restritivas derivadas da Covid-19 foi uma delas. A realização de entrevistas, bem como a recolha de dados, ao serem feitas preferencialmente à distância, limitou a realização do trabalho, não em termos de qualidade, mas pelo facto que, de forma assinalável, aumentou o tempo com o qual foi possível a redação do mesmo. A outra dificuldade assinalável advém do facto que o RCFTIA ter sido realizado numa altura na qual existiram múltiplos empenhamentos e atividades formativas, entrando em sobreposição com a redação do trabalho, dificultando assim o foco no mesmo.

No que concerne a recomendações para o futuro, na opinião do investigador, seria proveitoso um estudo mais aprofundado da melhor forma de inserir o treino de tiro por simulação na Guarda, como complemento ao tiro real, bem como um estudo acerca do stress físico e psicológico presente no militar aquando do momento do disparo, seja por relato ou monitorização em situações reais, ou em situações de treino.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia Militar [AM] (2015). NEP n.º 520/4ª/11MAI15/AM: Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar.
- Academia Militar [AM] (2016). NEP n.º 522/1ª/20JAN16/AM: Normas para a redação de trabalhos de investigação. Lisboa: Academia Militar.
- Almeida, J. (2003). Algumas teses sobre o uso de armas de fogo por agentes policiais. In *Uso de armas de fogo pelos agentes policiais* (113 – 120). Queluz: Inspeção-geral da Administração Interna.
- Assembleia Constituinte. (1976). Sessão plenária de 2 de abril: Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 1ª série, no 86/1976.
- Assembleia da República [AR] (2006). Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro: Regime Jurídico das Armas e Munições. *Diário da República*, 1ª série, n.º 39/2006.
- Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1ª série, n.º 213/2007.
- Assembleia da República [AR] (2008a). Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto: Lei de Segurança Interna. *Diário da República*, 1ª série, n.º 167/2008.
- Assembleia da República [AR] (2008b). Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto: Lei de Organização da Investigação Criminal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 165/2008.
- Azevedo, C. M. & Azevedo, A. G. (2003). *Metodologia Científica: Contributos Práticos para a Elaboração de Trabalhos Académicos* (6ª Edição). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Baldwin, S., Bennell, C., Andersen, J. P., Semple, T. & Jenkins, B. (2019). Stress-Activity Mapping: Physiological Responses During General Duty Police Encounters. *Frontiers in Psychology*, 10 (2216), 1-17. doi: 10.3389/fpsyg.2019.02216.
- Caetano, M. (2004). *Manual de Direito Administrativo*. (Vol. II), Coimbra: Almedina.
- Dicionário Priberam (2021). *Definição de Simulação*. Acedido a 18 de março de 2021 em: <https://dicionario.priberam.org/simula%C3%A7%C3%A3o>.
- Driskell, J. E. & Salas, E. (1996). *Stress and Human Performance*. Nova Jérsei: Lawrence Erlbaum Associates Inc.
- Escalinha, J. (2014). *Da Legítima Defesa ao Recurso a Arma de Fogo na Atividade Policial*. Dissertação, Mestrado em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.

- Estado-Maior do Exército [EME] (1999). *Política de Simulação na Instrução do Exército*. Lisboa: Exército Português.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: Da conceção à realização* (5ª Edição). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. V. (2010). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas* (2ª Edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Fyfe, J. J. (1988). Police use of deadly force: Research and reform. *Justice Quarterly*, 5 (2), 165-205. doi: 10.1080/07418828800089691.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI] (2020). *Relatório Anual de Segurança Interna*, 2019. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Gomes, P. S. O., (2016). *A Simulação nos Desafios do Futuro para a Operacionalidade das Forças de Segurança: O seu emprego na Guarda Nacional Republicana*. Trabalho de Investigação Individual, Curso de Estado-Maior Conjunto, Instituto Universitário Militar, Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (1996). *Manual de Operações*. Volume I. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2008a). *Glossário*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2008b). *Normas de Tiro*. Lisboa: Comando de Doutrina e Formação.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2009). *Manual Técnico de Armamento e Tiro: Pistola Glock 19 calibre 9mm*. Lisboa: Escola da Guarda.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2010a). Despacho n.º 10393/2010: *Regulamento Geral do Serviço da Guarda*. Lisboa: Comando Geral.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2010b). *Manual de Manutenção da Ordem Pública*. Lisboa: Unidade de Intervenção.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2010c). *Relatório n.º 11/10: Efeitos balísticos dos projéteis em viaturas*. Lisboa: Escola da Guarda: Direção de Formação.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2012). *Circular n.º 04/2012-P. Utilização das Armas de Fogo em Ação Policial*. Lisboa: Comando Operacional: Direção de Operações
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014a). *Circular n.º 15/2014-P. Uso da Força em Intervenção Policial*. Lisboa: Comando Operacional: Direção de Operações.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014b). *Circular n.º 14/2014-P. Níveis de Emprego Operacional*. Lisboa: Comando Operacional: Direção de Operações.

- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2019). *Estratégia da Guarda 2025 – Uma Estratégia Centrada nas Pessoas*. Carmo: Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2021). *PDGNR M-1-04-04 Manual de Armamento da GNR*. Lisboa: Comando de Doutrina e Formação: Direção de Doutrina.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Lisboa: Princípia.
- McEwen, T. (1997). Policies on less-than-lethal force in law enforcement agencies. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*. 20 (1), 39-59. doi: 10.1108/13639519710162006.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (1999). Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro: Regime de utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças e serviços. *Diário da República*, 1ª série, n.º 258/1999.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (2017). Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março: Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1ª série, n.º 58/2017.
- Morrison, G. B. & Villa, B. J. (1998). Police handgun qualification: practical measure or aimless activity? *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 21 (3), 510-533. doi: 10.1108/13639519810228804.
- Murray, K. R. (2004). *Training at the Speed of Life, Vol. 1: The Definitive Textbook for Police and Military Reality Based Training*. Flórida: Armiger Publications.
- Nieuwenhuys, A. & Oudejans, R. R. D. (2011). Training with anxiety: short- and long-term effects on police officers' shooting behaviour under pressure. *Cognitive Processing*, (12), 277-288. doi: 10.1007/s10339-011-0396-x.
- Nogueira, M. J. L. (2003). O uso de armas de fogo pelos agentes policiais: Alguns aspetos. In *Uso de armas de fogo pelos agentes policiais* (97 – 112). Queluz: Inspeção-geral da Administração Interna.
- Nogueira, M. J. L. (2004). O Uso da Força e dos Meios Coercivos pelas Forças de Segurança: (algumas reflexões). Torres Novas.
- Oliveira, P. E. S. (2009). *Alternativas ao Uso da Força Letal – Armas Menos Letais*. Estudos Avançados em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Organização das Nações Unidas [ONU] (1990). Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Havana: Oitavo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o

- Tratamento dos Delinquentes. Acedido a 23 de fevereiro de 2021 em <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/principiosbasicos-armasfogo.pdf>.
- Oudejans, R. R. D. (2008). Reality-based practice under pressure improves handgun shooting performance of police officers. *Ergonomics*, 51 (3), 261-273. doi: 10.1080/00140130701577435.
- Pan, Z., Cheok, A. D., Yang, H., Zhu, J. & Shi, J. (2006). Virtual reality and mixed reality for virtual learning environments. *Computer and Graphics*, (30), 20-28. doi: 10.1016/j.cag.2005.10.004.
- Pereira, C. M. G., (2014). *Realidade Virtual como ferramenta para treino policial*. Dissertação, Mestrado em Engenharia e Design do Produto, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Presidência do Conselho de Ministros [PCM] (2002). Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002: Código Deontológico do Serviço Policial. *Diário da República*, 1ª série, n.º 50/2002.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6ª Edição). Lisboa: Gradiva.
- Raposo, J. (2006). *Direito Policial I – Tomo I*. Coimbra: Almedina.
- Rosado, D. P. (2015). *Sociologia da Gestão e das Organizações*. Lisboa: Gradiva.
- Rosado, D. P. (2017). *Elementos Essenciais de Sociologia Geral*. Lisboa, Gradiva.
- Sandes, W. F. (2013). *Dimensões da Ação Policial em uma Troca de Tiros: Um estudo psicossociológico da decisão pelo uso da força letal*. Tese, Doutoramento em Ciências Sociais da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Simunition (2021). *Training System Non-Lethal - Reduced-Energy*. Acedido a 22 de março de 2021 em [https://simunition.com/en/products/fx\\_marking\\_cartridges](https://simunition.com/en/products/fx_marking_cartridges).
- Skolnick, J. H. & Bayley, D. H. (1988). *Community Policing: Issues and Practices around the world*. Michigan: Departamento de Justiça dos Estado Unidos da América.
- Sousa, A. F. (2016). *Manual de Direito Policial: Direito da ordem e segurança públicas*. Porto: Vida Económica.
- Staal, M. A. (2004). *Stress, Cognition, and Human Performance: A Literature Review and Conceptual Framework*. Moffett Field: NASA.
- Tonry, M. H. & Morris, N. (1992). *Modern Policing*. Chicago: Universidade de Chicago.
- Tsigos, C. & Chrousos, G. (2002). Hypothalamic-pituitary-adrenal axis, neuroendocrine factors and stress. *Journal of Psychosomatic Research*, (53), 865-871. doi: 10.1016/s0022-3999(02)00429-4.

- Valente, M. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial*. (3ª Edição). Coimbra: Almedina.
- Vickers, J. N. (2007). *Perception, Cognition, and Decision Training: The Quiet Eye in Action*. Nova Iorque: Human Kinetics.
- VirTra (2021a). *Recoil Kits: Convert Duty Weapons to Simulation Ready*. Acedido a 20 de março de 2021 em <https://www.virta.com/tool/law-enforcement-recoil-kits/>.
- VirTra (2021b). *V-300 Simulator: Immersive and Intense*. Acedido a 20 de março de 2021 em <https://www.virta.com/simulator/law-enforcement-v-300/>.
- Wikipedia (2021). *Heckler & Koch G3*. Acedido a 17 de março de 2021 em [https://en.wikipedia.org/wiki/Heckler\\_%26\\_Koch\\_G3](https://en.wikipedia.org/wiki/Heckler_%26_Koch_G3).

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – CORRESPONDÊNCIA ENTRE OS OBJETIVOS E AS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Quadro n.º 1 – Correspondência entre os Objetivos e as Questões de Investigação

| Objetivos de Investigação   | Questões de Investigação   |
|---|--|
| <b>OG:</b> Compreender se os meios e métodos de treino de tiro na GNR são adequados à realidade atual da atuação policial tendo em conta a legislação em vigor e o modelo institucional do uso força. | <b>QC:</b> Estão os meios e métodos de treino de tiro existentes na GNR adequados à realidade atual da atuação policial, obedecendo à legislação em vigor e o modelo institucional do uso força? |
| <b>OE1:</b> Especificar os limites legais da atuação do militar da GNR no que toca ao recurso à arma de fogo.   | <b>QD1:</b> Quais são as limitações legais ao uso de arma de fogo por parte do militar da GNR na atuação policial?   |
| <b>OE2:</b> Enquadrar o uso da arma de fogo pelo militar da GNR no modelo institucional do uso da força.  | <b>QD2:</b> Como se caracteriza o uso da arma de fogo no modelo do uso da força institucional da GNR?  |
| <b>OE3:</b> Concluir se o treino de tiro por simulação tem lugar na GNR, como ferramenta de formação inicial e contínua.  | <b>QD3:</b> O que se entende por treino de simulação de tiro?  |
| <b>OE4:</b> Analisar e comparar os meios e métodos de treino de tiro presentes e utilizados pela GNR.   | <b>QD4:</b> Como se caracteriza o atual conjunto de meios e métodos de treino de tiro na GNR?  |

## **APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO**



### **ACADEMIA MILITAR**

#### **O Recurso a Arma de Fogo pelo Militar da GNR: Meios e Métodos de Treino de Tiro e Enquadramento Legal**

**Autor:** Aspirante de Infantaria da GNR Miguel Tiago da Silva Gonçalves

**Orientador:** Major de Infantaria da GNR Tiago Silva

**Coorientador:** Major de Infantaria da GNR Rui Pereira

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança**  
**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, fevereiro de 2021**



## **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

A Academia Militar é o estabelecimento de ensino público responsável pela formação militar, académica e comportamental dos oficiais do Exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Como parte do programa formativo dos alunos da Academia, o último ano de formação culmina com a elaboração do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), que será defendido perante um júri de elementos qualificados e com conhecimento aprofundado na área, por forma a estimular as capacidades de investigação científica, pensamento crítico e argumentação lógica do aluno.

Assim sendo, o presente RCFTIA prende-se com o recurso à arma de fogo por parte do militar da Guarda, nomeadamente as limitações e princípios normativos presentes no ordenamento jurídico, num aspeto geral e em documentos mais restritos à GNR. Ao mesmo tempo, analisam-se os meios e métodos de treino de tiro na Guarda, bem como se debate se o treino de tiro por meio de simulação poderá ter lugar no futuro dos programas formativos da Guarda. Pretende-se chegar a uma conclusão acerca da adequabilidade do treino da prática de tiro dos militares do dispositivo, por forma a procurar desenvolver o mesmo, de maneira que os militares estejam equipados com o armamento, equipamento e acima de tudo, capacidades para fazerem intervenções no âmbito do Uso da Força (UF) de forma decisiva e legítima, mesmo quando se trata do patamar mais gravoso, o uso da arma de fogo.

Por forma a recolher as informações mais fidedignas e com uma perspetiva competente e experienciada na matéria, é necessário realizar entrevistas a figuras institucionais com autoridade e conhecimento na matéria, de forma a enriquecer e legitimar as conclusões obtidas ao longo do RCFTIA.

Face ao exposto, solicito a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista sobre o tema em apreço, uma vez que o seu contributo é fundamental para alcançar os objetivos propostos para a presente investigação.

Grato pela sua colaboração e disponibilidade.

Atenciosamente,

**Miguel Tiago da Silva Gonçalves**

Aspirante de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

## **APÊNDICE C – GUIÃO DA ENTREVISTA DO GRUPO A**

### **ENQUADRAMENTO**

Enquanto Estado de Direito Democrático, conforme previsto no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa (CRP), o nosso País possui um vasto ordenamento jurídico, que regula um vasto leque de aspetos da vida em sociedade, mais concretamente, no âmbito do presente estudo, o policiamento.

De uma forma particular, investiga-se aqui a secção do policiamento que se debate com o UF, que, conforme previsto no artigo 266º da CRP, deve seguir os princípios da adequabilidade, proporcionalidade e imparcialidade, entre outros. De uma forma mais focada, o Decreto-Lei n.º 457/99 aborda a questão solitária do emprego de armas de fogo e explosivos por parte das Forças de Segurança (FS). Esta coerção e uso da força física sobre cidadãos do Estado Português é legitimado na medida que, seguindo os princípios constitucionais anteriormente referidos, bem como outros nos mais variados diplomas nacionais e internacionais, por exemplo o princípio da necessidade e mínima força, caso estejam ameaçados ou efetivamente lesados certos bens jurídicos passíveis de serem protegidos, as FS podem e devem entrar em cena, através dos seus meios e métodos aprovados, incluindo a coerção, física, por forma a fazer cessar a infração e restabelecer a ordem e tranquilidade públicas, segurança e controlo.

Por forma a fazer frente a situações que se possam apresentar, os militares da Guarda necessitam de formação, particularmente em áreas mais técnicas, onde a sua atuação estará sob maior escrutínio não só social, como legal e profissional, entre as quais, talvez a mais delicada, o uso da arma de fogo.

O militar possui a arma de fogo, um instrumento capaz de efetuar danos corporais com força potencialmente letal, que lhe foi confiado pelo Estado, para a defesa da sua segurança e da segurança de todos (Nogueira, 2003). Logo, na utilização do mesmo, existirá a necessidade de formação técnica apurada, bem como frequente e dedicada, por forma a garantir que o militar se encontra capacitado na melhor das suas habilidades técnicas, físicas e psicológicas para fazer uso e empregar o patamar mais gravoso do UF de forma consciente e eficaz, protegendo a sua integridade e os direitos dos cidadãos.

## BIBLIOGRAFIA

- Assembleia Constituinte. (1976). Sessão plenária de 2 de abril: Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 1ª série, no 86/1976.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (1999). Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro: Regime de utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças e serviços. *Diário da República*, 1ª série, n.º 258/1999.
- Nogueira, M. J. L. (2003). O uso de armas de fogo pelos agentes policiais: Alguns aspetos. In *Uso de armas de fogo pelos agentes policiais* (97 – 112). Queluz: Inspeção-geral da Administração Interna.

## IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

|                           |                                 |
|---------------------------|---------------------------------|
| <b>Nome:</b>              | <b>Função:</b>                  |
| <b>Organização/Órgão:</b> | <b>Habilitações literárias:</b> |
| <b>Cargo/Posto:</b>       | <b>Data:</b>                    |
| <b>Hora (Início/Fim):</b> | <b>Local:</b>                   |

## ENTREVISTA DO GRUPO A

As suas respostas às seguintes questões são fundamentais para atingir os objetivos da presente investigação, como tal, é fundamental que as mesmas sejam o mais completas possível. As respostas servirão apenas como objeto de estudo para a investigação pelo que lhe é solicitada a sua autorização para proceder à sua análise, transcrição e junção. Se pretender, as respostas ser-lhe-ão facultadas, bem como, o trabalho final que também lhe poderá ser facultado na íntegra, assim que tiver sido aprovado.

- 1) Acredita que a frequência com a qual os militares da Guarda praticam o tiro é adequada à disponibilidade e prontidão que é necessária observar na realidade policial atual?  
R:
- 2) As atuais NTGNR estão em vigor desde 2008. Se pudesse mudar um ou mais aspetos do treino do tiro dos militares da Guarda, qual e como seria?  
R:
- 3) Acredita que um dos aspetos formativos nos quais se devia investir é o do treino do tiro?  
R:
- 4) Considera que os moldes do treino de tiro atualmente presentes no dispositivo da Guarda são adequados a fornecer as capacidades ao militar de resolver um encontro com força potencialmente letal com eficácia?  
R:
- 5) Enquanto OPC, acredita que o ordenamento jurídico que regula o uso da arma de fogo por parte das FS está adequado, na sua íntegra, às decisões e situações potencialmente letais com que o militar se possa deparar no serviço?  
R:
- 6) O que entende por treino de simulação de tiro?  
R:
- 7) Acredita que o treino de simulação de tiro tem lugar no programa de formação desta prática da GNR?  
R:
- 8) Se se encontrasse numa posição para o fazer, como implementaria o treino de simulação na GNR?  
R:
- 9) As armas intermédias estabelecem um patamar do UF que possibilita intervir em situações de confronto com ADV agressivos, sem recorrer à força potencialmente letal. Acredita que a disseminação de armas intermédias pelo dispositivo é suficiente para os militares se encontrarem habilitados a resolver situações de confronto agressivo na maior parte dos casos?  
R:
- 10) Sente que o treino dos militares na utilização de armas intermédias é adequado?  
R:

Agradeço a sua disponibilidade e colaboração.

## APÊNDICE D – GUIÃO DA ENTREVISTA DO GRUPO B

### IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

|                           |                                 |
|---------------------------|---------------------------------|
| <b>Nome:</b>              | <b>Função:</b>                  |
| <b>Organização/Órgão:</b> | <b>Habilitações literárias:</b> |
| <b>Cargo/Posto:</b>       | <b>Data:</b>                    |
| <b>Hora (Início/Fim):</b> | <b>Local:</b>                   |

### ENTREVISTA DO GRUPO B

As suas respostas às seguintes questões são fundamentais para atingir os objetivos da presente investigação, como tal, é fundamental que as mesmas sejam o mais completas possível. As respostas servirão apenas como objeto de estudo para a investigação pelo que lhe é solicitada a sua autorização para proceder à sua análise, transcrição e junção. Se pretender, as respostas ser-lhe-ão facultadas, bem como, o trabalho final que também lhe poderá ser facultado na íntegra, assim que tiver sido aprovado.

- 1) Considera o ordenamento jurídico que regula o emprego da arma de fogo adequado, na sua íntegra, à realidade da atuação policial atual?  
R:
- 2) Tendo em conta que o DL n.º 457/99 está em vigor há 21 anos, sem alterações, considera que o mesmo é meritório de alguma? Se sim, estando numa posição de decisão, o que atualizaria no DL?  
R:
- 3) Pela sua experiência, o que considera ser o erro ou ação inapropriada mais comum tomada por elementos das FS em situações de recurso à arma de fogo?  
R:
- 4) Da sua perspetiva, acredita que o treino das FS no que concerne à prática de tiro é adequado à realidade encontrada no serviço policial?  
R:
- 5) Julga que uma maior disseminação de armas intermédias (gás pimenta/Taser) pelo dispositivo da GNR, e também PSP, poderia levar à resolução de situações de

confronto agressivo sem existir a necessidade de recorrer à arma de fogo?

R:

- 6) Acredita que a ênfase presente no ordenamento jurídico da temática em questão dado à proteção da integridade física do adversário e da sua vida pode ter influência disruptiva na atuação do elemento das FS na resolução de um incidente onde a única alternativa será empregar a força potencialmente letal? (e.g. atirador ativo)

R:

- 7) Acredita que o conceito de força letal em vez de potencialmente letal alguma vez terá lugar no ordenamento jurídico português? (tomo mais uma vez como exemplo a resolução de uma situação de atirador ativo, ou tomada de reféns)

R:

- 8) Entrando em vigor, em que medida acredita que a nova Lei da Videovigilância, que contempla o uso de “bodycams” por parte dos elementos das FS, poderá influenciar a atuação dos elementos das FS, ou ainda o processo de decisões judiciais e a opinião pública, no que toca a situações de uso de força, especialmente potencialmente letal?

R:

Agradeço a sua disponibilidade e colaboração.

## APÊNDICE E – SINOPSES DAS ENTREVISTAS DO GRUPO A

**Tabela n.º 2 - Respostas à questão n.º 1 da entrevista do grupo A**

|    |   |
|----|---|
| E1 | A frequência do tiro não se coaduna com a condição militar. Pela sensibilidade e importância da área, é necessário redefinir o tiro na GNR.               |
| E2 | A frequência prevista nas NTG NR é manifestamente insuficiente, com o problema acrescido do não cumprimento das próprias NTG NR.                          |
| E3 | O tiro de pistola é adequado, contudo o tiro de caçadeira, particularmente, não. Um aspeto que compromete o próprio tiro de pistola é a falta de efetivo. |
| E4 | Não. Por falta de recursos variados, nem sempre se cumprem as NTG NR, o que compromete a confiança e destreza dos militares com a arma de fogo.           |
| E5 | A atual realidade da criminalidade violenta e grave prova que a frequência da prática de tiro é insuficiente.   |
| E6 | Não.  |
| E7 | A frequência estabelecida é adequada, mas devia-se dedicar mais horas à prática do tiro, por forma a aumentar o à-vontade do militar com a arma.          |

**Fonte: Elaboração própria**

**Tabela n.º 3 – Respostas à questão n.º 2 da entrevista do grupo A**

|    |   |
|----|---|
| E1 | É importante dinamizar mais a prática do tiro. Integrar no treino elementos de surpresa e situações mais aproximadas à realidade                    |
| E2 | Acrescentar sessões teórico-práticas de segurança e técnica de tiro, bem como circuitos mais dinâmicos com mais dificuldades e elementos surpresa.  |
| E3 | Aumentar a dinâmica dos circuitos, com troca de armas na mesma tabela, tiro em parrelha, simulação de feridos, troca de carregadores, entre outras. |
| E4 | As tabelas de tiro deviam focar-se no tiro mais aproximados ao real, tiro instintivo e tiro em movimento, por exemplo.                              |
| E5 | Aumentar a frequência das sessões de tiro dos militares e acrescentar dinamismo às tabelas.   |
| E6 | Possibilidade de os militares corrigirem os seus erros no tiro, com o acréscimo de munições para o propósito.                                       |
| E7 | Acrescentar blocos de formação de tiro e inserir treino de simulação de tiro.   |

**Fonte: Elaboração própria**

**Tabela n.º 4 – Respostas à questão n.º 3 da entrevista do grupo A**

|    |  |
|----|--|
| E1 | O tiro é sempre prioridade formativa, com o foco na frequência no mesmo, no à-vontade dos militares, o conhecimento das armas, e no fator psicológico. |
| E2 | Sim, pela importância e sensibilidade do assunto, deve-se dar mais confiança aos militares no tiro, e aumentar o seu à-vontade na prática do mesmo.    |
| E3 | Sim, é vital fomentar a confiança dos militares e o seu à-vontade com as armas.  |
| E4 | Sim, com o objetivo de se ter mais instrutores, descentralizar a prática de tiro e colmatar a escassez de tiro após períodos formativos.               |
| E5 | Todas as componentes formativas devem ser alvo de investimento.  |
| E6 | Sim.   |
| E7 | Sim, completamente de acordo.  |

**Fonte: Elaboração própria**

**Tabela n.º 5 – Respostas à questão n.º 4 da entrevista do grupo A**

|    |  |
|----|--|
| E1 | Não. As tabelas não se adequam, dever-se-ia praticar mais situações de intervenção policial. |
| E2 | Está desatualizado, pois deveria existir mais foco na segurança e na prática.                |
| E3 | O previsto é adequado, mas com falta de efetivo e recursos é difícil cumprir.                |
| E4 | A falta de frequência e falta de dinamismo no treino, prejudica o tiro.                      |
| E5 | A formação é adequada, a frequência não.   |
| E6 | Não. O treino do tiro devia ter mais dinamismo nas tabelas.                                  |
| E7 | É adequado, mas deviam mais horas de treino e simulação da realidade.                        |

**Fonte: Elaboração própria**

**Tabela n.º 6 – Respostas à questão n.º 5 da entrevista do grupo A**

|    |   |
|----|---|
| E1 | Não. O OPC é exposto a riscos desnecessários face às restrições legais.     |
| E2 | Sim, está atual.  |
| E3 | Sim.  |
| E4 | É adequado, porém existe a lacuna da arma intermédia do tipo <i>Taser</i> . |
| E5 | É adequado no que toca ao uso da arma, mas não às circunstâncias seguintes. |
| E6 | Sim.  |
| E7 | Sim.  |

**Fonte: Elaboração própria**



**Tabela n.º 7 – Respostas à questão n.º 6 da entrevista do grupo A**

|    |   |
|----|---|
| E1 | Uso de equipamento simulador virtual, com cenários dinâmicos, que visa a melhorar a prestação no tiro do militar.                                 |
| E2 | Treino de tiro importante no início formativo, eficiente em custos, permite progressão pedagógica e exercício do tiro sem perigosidade associada. |
| E3 | Realidade virtual com uso de arma de fogo.  |
| E4 | Treino em locais simulados, melhora a preparação ao simular consequências do tiro do militar, enquanto permite melhoramento.                      |
| E5 | Treino simulado que estimula tomada de decisão, tempo de reação e observação em situações reais.  |
| E6 | Situações de treino próximas da realidade.  |
| E7 | Cenários simulados, aproximados da realidade, testam tempo de reação, reflexos, prestação do militar, eficiente em custos e sem perigo do tiro.   |

**Fonte: Elaboração própria**

**Tabela n.º 8 – Respostas à questão n.º 7 da entrevista do grupo A**

|    |   |
|----|---|
| E1 | Apenas como acrescento, não podendo substituir o tiro real.             |
| E2 | Sim, é inevitável, até já existe no NATir.                              |
| E3 | É uma mais-valia, por ser mais dinâmico, não podendo substituir o real. |
| E4 | Sim, devendo ser focado no tiro de manutenção.                          |
| E5 | Sim, mas como complemento.  |
| E6 | Sim, com o equipamento adequado.  |
| E7 | Sim, é possível.  |

**Fonte: Elaboração própria**

**Tabela n.º 9 – Respostas à questão n.º 8 da entrevista do grupo A**

|    |   |
|----|---|
| E1 | Implementava no tiro de instrução, como fase inicial.   |
| E2 | Na fase inicial dos cursos, como forma de adaptação progressiva.  |
| E3 | Seria difícil devido ao orçamento, mas criava carreiras de tiro geograficamente distribuídas pelos CTer.    |
| E4 | Com o emprego de simuladores e Simunition.  |
| E5 | Criação de uma sala de tiro por cada CTer.  |
| E6 | Situação simulada, aproximada à realidade em contexto de carreira de tiro.                                  |
| E7 | Distribuir equipamentos às Unidades de forma que o Oficial e Sargento de tiro não tivessem que se deslocar. |

**Fonte: Elaboração própria**

**Tabela n.º 10 – Respostas à questão n.º 9 da entrevista do grupo A**

|    |   |
|----|---|
| E1 | As armas intermédias são adequadas, mas é importante dotar todo o dispositivo das mesmas. |
| E2 | É bom existirem, contudo é necessário haver formação.                                     |
| E3 | As armas intermédias deviam ser estendidas aos 1º e 2º NEOp.                              |
| E4 | Cada caso é particular, mas as armas intermédias são adequadas.                           |
| E5 | Sim, cada CTer ter mais é sempre positivo.  |
| E6 | Não.  |
| E7 | Sim, mas com formação adequada.   |

**Fonte: Elaboração própria**

**Tabela n.º 11 – Respostas à questão n.º 10 da entrevista do grupo A**

|    |   |
|----|---|
| E1 | Sim, mas deviam atualizar mais frequentemente.                                  |
| E2 | Devia-se estender o treino aos 1º e 2º NEOp.                                    |
| E3 | Está restrito às Unidades dotadas desse equipamento, aí será adequado.          |
| E4 | Não. Maior parte dos militares não teve contacto significativo com estas armas. |
| E5 | Sim, contudo, é necessário observar-se manutenção por parte do militar.         |
| E6 | Não.  |
| E7 | Pode ser melhorado.   |

**Fonte: Elaboração própria**

## **APÊNDICE F – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO**

### **DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO**

Eu, \_\_\_\_\_ abaixo assinado,

---

, declaro que decido participar de forma voluntária nesta investigação em curso e que me foi explicado qual o enquadramento e os objetivos a que esta se destina.

Reitero, também, que me foi dado a qualquer momento da entrevista a possibilidade de colocar qualquer questão sobre a investigação e de recusar a resposta a qualquer pergunta que me foi dirigida.

Declaro ainda que me foi fornecido todo o tempo que achasse necessário na ponderação para a elaboração das respostas.

Permito ainda que as minhas respostas possam ser utilizadas e analisadas com o fim de atingir os objetivos da presente investigação.

O Investigador

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O/A Entrevistado/a

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## APÊNDICE G – IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Quadro n.º 2 – Identificação dos Entrevistados

| Designação | Posto    | Nome             | Cargo                        |
|------------|----------|------------------|------------------------------|
| E1         | Alferes  | João Santos      | Of. Tiro EG                  |
| E2         | Capitão  | Dinarte Santos   | Oficial de Tiro CTer Setúbal |
| E3         | Capitão  | Filipe Moutas    | Oficial de Tiro CTer Faro    |
| E4         | Capitão  | Jorge Marques    | Oficial de Tiro CTer Aveiro  |
| E5         | Capitão  | Joy Santos       | Oficial de Tiro CTer Porto   |
| E6         | Major    | Fernando Martins | Oficial de Tiro CTer Braga   |
| E7         | Major    | Jóni Ferreira    | Oficial de Tiro CTer Lisboa  |
| E8         | Inspetor | João Pedrosa     | Inspetor da IGAI             |

## **ANEXOS**

## ANEXO A – MODELO GLOBAL DO USO DA FORÇA



Figura n.º 1 – Diagrama do MGUF

Fonte: (Guarda Nacional Republicana [GNR] 2014a)

## **ANEXO B – PISTOLA GLOCK 19 COMPACT CALIBRE 9X19MM**



**Figura n.º 2 – Pistola Glock 19 *Compact* Calibre 9x19mm**

**Fonte: (Guarda Nacional Republicana [GNR] 2009)**

## ANEXO C – ALVO DE PRECISÃO II



**Figura n.º 3 – Alvo de Precisão (AP II)**

**Fonte: NATir EG**



## ANEXO D – SILHUETAS POLICIAIS



**Figura n.º 4 – Silhueta Policial Direita (SPD)**

**Fonte: NATir EG**



**Figura n.º 5 – Silhueta Policial Esquerda (SPE)**

**Fonte: NATir EG**

## ANEXO E – RESTANTES ARMAS DE TREINO DE TIRO



**Figura n.º 6 – Espingarda Caçadeira FABARM SDASS *Compact* Calibre 12**

**Fonte: (Guarda Nacional Republicana [GNR] 2021)**



**Figura n.º 7 – Espingarda Automática HK G3 Calibre 7,62mm**

**Fonte: (Wikipedia, 2021)**



**Figura n.º 8 – Pistola-Metralhadora MP5 A4 Calibre 9mm**

**Fonte: (Guarda Nacional Republicana [GNR] 2021)**

## ANEXO F – CIRCUITO DINÂMICO DE TIRO DE PISTOLA

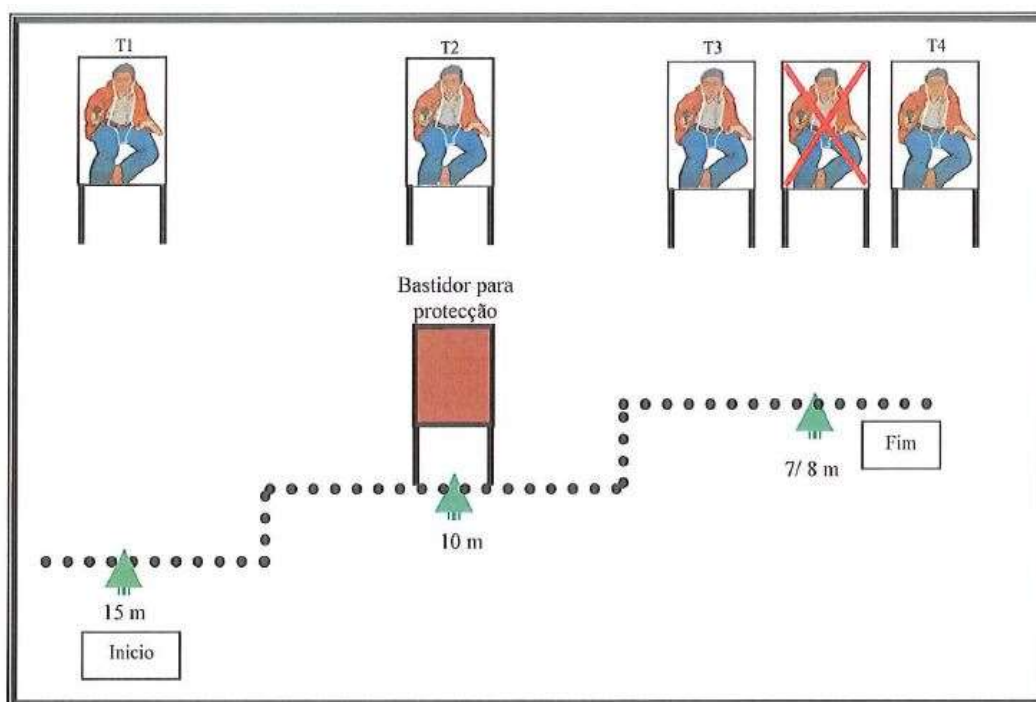


Figura n.º 9 – Circuito Dinâmico de Tiro de Pistola

Fonte: (Guarda Nacional Republicana [GNR] 2008b)

## **ANEXO G – SISTEMA VIRTRA V-300 LE**



**Figura n.º 10 – Sistema VirTra V-300 LE**

**Fonte: (Pereira, 2014)**



**Figura n.º 11 - Plataforma VirTra V-300 LE**

**Fonte: (Pereira, 2014)**

## ANEXO H – ARMA E MUNIÇÕES SIMUNITION



Figura n.º 12 – Kit de conversão Simunition para espingarda

Fonte: (Pereira, 2014)



Figura n.º 13 – Pistola Glock com kit e munição Simunition FX

Fonte: (Pereira, 2014)

## ANEXO I – FASES DO PROCEDIMENTO CIENTÍFICO

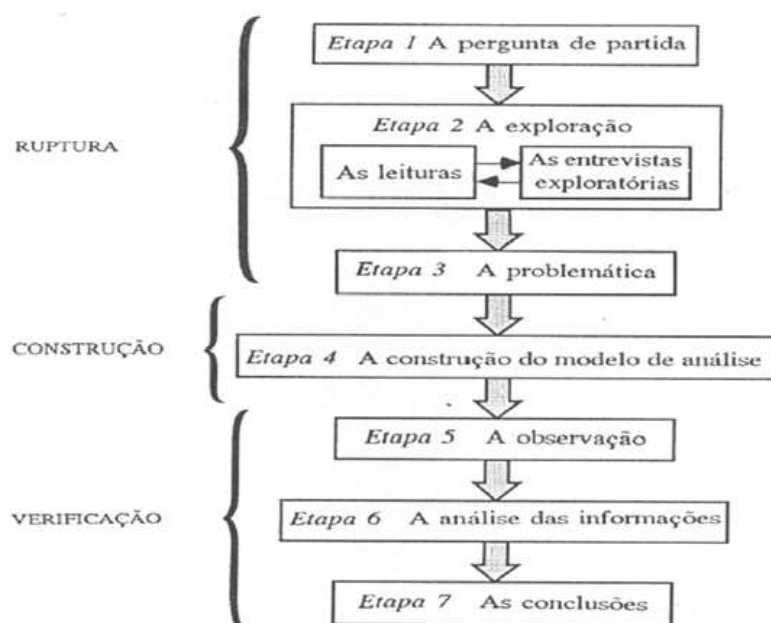


Figura n.º 14 – Fases do Procedimento Científico

Fonte; (Quivy & Campenhoudt, 2013)



## ANEXO J – PROBLEMATIZAÇÃO NUMA LÓGICA INDUTIVA

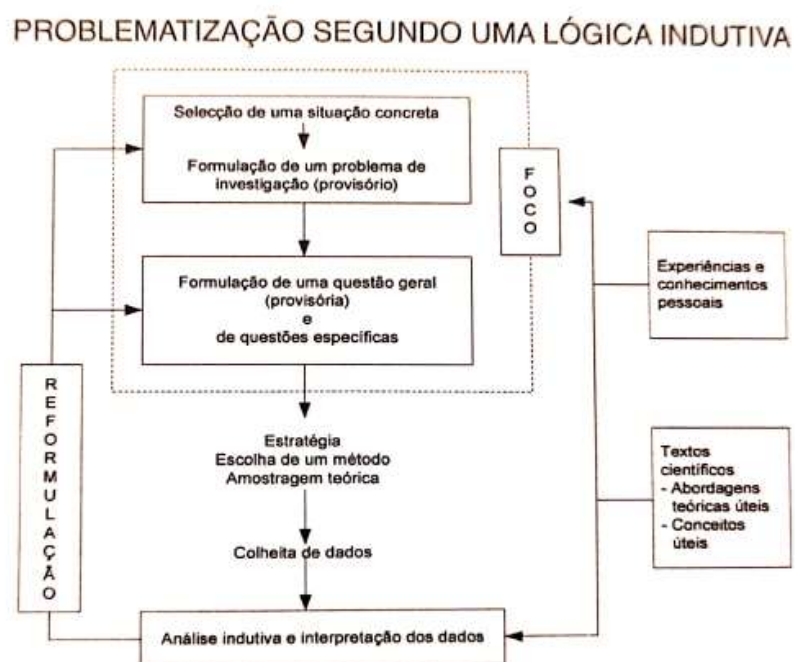


Figura n.º 15 – A Problematização segundo uma Lógica Indutiva

Fonte: (Freixo, 2010)